

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

Da Teoria à Prática 



Foto capa: Escola Alemã, Heimtal - s/d

› **Autor : Theodoro Preising**

› **Acervo : Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss**

Foto contracapa, capa, projeto gráfico,
tratamento e edição de imagens

› **Rei Santos**

Texto e pesquisa

› **Leandro Henrique Magalhães**

Patrícia Castelo Branco

Colaboradora

› **Elisa Roberta Zanon**

Supervisão

› **Vanda de Moraes**

Sec. Mun. de Cultura - Dir. de Patrimônio Histórico Cultural

Catálogo na publicação

Dados Internacionais de Catalogação
na Publicação (CIP)

L167e

Magalhães, Leandro Henrique

Educação patrimonial: da teoria à prática / Leandro Henrique
Magalhães, Elisa Zanon, Patrícia Martins Castelo Branco. –
Londrina : Ed.UniFil, 2009. 108 p. : il.

ISBN 978-85-61986-03-2

1. Educação patrimonial. 2. Cultura. I. Título. II. Zanon,
Elisa Roberta. III. Castelo Branco, Patrícia Martins.

CDD 363.69

Esta obra está protegida pela lei. Não
pode ser reproduzida no todo ou em
parte, qualquer que seja o modo utilizado,
incluindo fotocópias e xerocópias, sem
prévia autorização do Editor. Qualquer
transgressão à Lei dos Direitos do Autor
será passível de procedimento judicial.

Patrocínio:

PREFEITURA



LONDRINA
CULTURA- PROMIC

PROGRAMA



REDE Cidadania

Apoio:



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

Da Teoria à Prática



1ª edição

Elisa Roberta Zanon

Leandro Henrique Magalhães

Patrícia Martins Castelo Branco



SUMÁRIO

Apresentação	4
Introdução	7
Cap.1. Alguns Resultados	9
Cap.2. Patrimônio Histórico e Cultural: Aspectos Conceituais	34
Aspectos Históricos	34
Aspectos da Legislação	41
Memória, História e Patrimônio: Reflexões Complementares	45
Cap.3. Educação Patrimonial: Introdução ao Conceito	49
Educação Patrimonial Conservadora	52
A Diversidade e a Localidade como Bases da Educação Patrimonial	57
Cap.4. Educação Patrimonial:	
Histórias de Nosso Pedaco - Uma Proposta Metodológica	66
Aprofundando o Método: Descrição das Fases	68
Primeira fase	68
Segunda fase	72
Terceira fase	78
Quarta fase	90
Quinta fase - Exposição	102
Concluindo	103
Referências	104

Apresentação

O Projeto Educação Patrimonial nasceu de discussões realizadas na Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural da Secretaria da Cultura de Londrina, entre alguns profissionais da área e colaboradores do órgão, estagiários da área de Arquitetura e Urbanismo e servidores da Secretaria. Após sua formatação e composição da equipe de trabalho, teve sua primeira edição em 2005 quando de sua aprovação no PROMIC – Programa Municipal de Incentivo à Cultura, da Prefeitura Municipal de Londrina, sob a coordenação da arquiteta Aline Pitzchk.

No primeiro ano do projeto, foi realizado o curso de capacitação, ministrado pelo Prof. Dr. Humberto Yamaki, voltado para pesquisadores, estudantes e profissionais de áreas relacionadas ao tema Patrimônio, assim como para servidores municipais cujas atuações também permearam a área. Durante o curso também foram apresentados vários setores públicos com ações voltadas à questão patrimonial ou que nelas interferissem, tais

como as secretarias municipais de Cultura, Obras, Ambiente, Educação e a CMTU – Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, através de sua Diretoria de Trânsito.

Um dos resultados deste curso foi a construção de uma trilha interpretativa denominada “Aventura Urbana”, na qual os participantes foram convidados a fazer o roteiro à pé, monitorado pelo Centro Histórico de Londrina, munidos de folder elaborado especialmente para este fim, relacionando vários objetos patrimoniais importantes. O projeto previu também a locação de ônibus para o transporte de grupos de várias regiões da cidade, notadamente grupos de terceira idade e de projetos de inclusão social.

No ano de 2006, o projeto foi coordenado pela arquiteta e urbanista Denise Lezo, no qual houve continuidade das atividades do ano anterior com a oferta de cursos de Educação Patrimonial para professores da rede de ensino pública de Londrina e de realização de passeios monitorados. Ao final, foi elaborada uma cartilha com o título “Reconhecendo o Patrimônio Cultural Londrinense” e sua distribuição gratuita nas escolas, universidades e bibliotecas do município.

A partir de 2007, o projeto passou

a ser coordenado pelos pesquisadores Leandro Henrique Magalhães, Patrícia Castelo Branco e Elisa Zanon, que procuraram ampliar mais seu raio de ação enfatizando aspectos educacionais e direcionando a capacitação para professores das redes municipal e estadual de educação, com oferta de vagas para o público em geral.

O projeto ainda estendeu sua ação acrescentando oficinas realizadas em ambiente escolar, levando o conteúdo patrimonial diretamente para crianças e adolescentes, possibilitando, com isso, um maior intercâmbio de conhecimento. Neste ano foi construído um novo folder denominado “Roteiro da Diversidade Religiosa”, realçando não só o patrimônio arquitetônico envolvendo igrejas e templos de nossa cidade, mas também e, principalmente, questões relativas à tolerância e ao respeito às diferenças que compõem nossa identidade. Os roteiros monitorados continuaram a ser realizados com ônibus locados para o transporte dos diversos grupos agendados.

No projeto “Educação Patrimonial IV: Histórias do Nosso Pedraço”, de 2008, agregou-se mais uma ação: a exposição “Museu Itinerante”, que através de uma parceria

com o Museu Histórico “Pe. Carlos Weiss” possibilitou a pesquisa e a representação através de fotos antigas em *banners*, de fatos históricos relacionados aos bairros onde foram desenvolvidas as oficinas em escolas públicas. Mais um roteiro foi confeccionado: “Roteiro das Escolas de Londrina”, sendo esta mais um material para contribuir com a reflexão sobre o tema: “Educação Patrimonial: da Teoria à Prática”.

Esta é, sem dúvida, a fase de maior amadurecimento deste grupo e de sua proposta de trabalho, que vem unindo, ao longo destes anos, experiências inovadoras e renovadoras na proposição de uma Educação Patrimonial firmemente ligada à história local e ao processo de desenvolvimento de nossa tão jovem cidade. Também as parcerias estabelecidas nos ajudam a compreender o alcance da proposta, pois o projeto tem contado não só com a participação de várias secretarias e setores municipais (Cultura, Educação, Assistência Social, Ambiente, Idoso, Obras e IPPUL), como também a UNIFIL, UEL e o Núcleo Regional de Educação.

E ainda na seqüência está previsto o projeto para 2009, que dentre as várias ações

que já fazem parte de sua estrutura, será realizado o “II Encontro Cidades Novas – A Construção de Políticas Patrimoniais”, onde o tema Educação Patrimonial terá destaque.

É certamente um orgulho para a Cidade de Londrina e para a Diretoria de Patrimônio Artístico e Histórico-Cultural, em especial, ver nascer, tomar corpo e se consolidar um projeto como este, que semeia o respeito e a valorização pela herança de tantos que construíram e, até hoje, constroem esta grande cidade.

Vanda de Moraes

Diretora de Patrimônio Histórico-Cultural
Secretaria de Cultura da Cidade de Londrina

Introdução

O livro “Educação Patrimonial: Teorias e Práticas” pretende constituir-se como instrumento de reflexão e de inspiração para professores da rede de ensino, agentes culturais, bacharéis em turismo, arquitetos, historiadores, dentre outros profissionais que desenvolvem ações na área de Patrimônio Histórico e Cultural. Para tanto, parte-se da apresentação de diversas perspectivas referentes aos conceitos que envolvam patrimônio, memória, tombamento, educação, sociedade, entre outros, visando, essencialmente, a apresentação do debate, a troca de conhecimentos e a ampliação da compreensão sobre o assunto. Espera-se assim contribuir com certo entendimento sobre o conceito de patrimônio e, em contrapartida, provocar novos olhares e experiência.

Como tudo começou

Para que o leitor localize-se melhor na discussão aqui apresentada, é fundamental o entendimento de como este livro foi pensado, ou seja, quais suas origens.

Os autores desta obra a muito vinham se envolvendo com projetos na área de patrimônio e educação patrimonial. O encontro deu-se quando da apresentação e aprovação, no ano de 2007, do projeto Educação Patrimonial III, desenvolvido na cidade de Londrina-PR, com o patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC de Londrina, programa que visa levar ações educacionais e culturais à população (primordialmente carente) do município. Como o próprio título indica, outros dois projetos haviam sido desenvolvidos anteriormente, sempre com o apoio da Diretoria de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Município de Londrina. A partir do ano de 2007, o projeto apresenta uma especificidade ao promover ações educacionais, formais

e não formais que envolvem o patrimônio histórico e cultural londrinense e, com isso, procurando despertar na população a percepção e valorização do patrimônio.

O projeto, que em 2008 recebeu o nome “Educação Patrimonial IV: Histórias do Nosso Pedaco”, manteve o objetivo de construir, conjuntamente com a população, olhares sobre o “seu” patrimônio. Partindo das experiências e da apresentação conceitual sobre o tema, serão discutidos os conceitos que envolvem o patrimônio histórico e cultural e a concepção de educação patrimonial adotada.

Alguns Resultados

A partir do ano de 2005, os projetos de Educação Patrimonial tiveram como resultado produtos que foram apresentados à comunidade. Antes do início da discussão teórica em torno dos conceitos de patrimônio e educação patrimonial, serão apresentados aqui alguns destes produtos. Pretende-se que, assim, o leitor possa conhecer um pouco mais do trabalho desenvolvido e ir construindo sua concepção de Patrimônio Histórico e Cultural que poderá ser confirmada no decorrer da leitura.

Uma das atividades desenvolvidas foi a oferta, de forma gratuita, do “Curso de Educação Patrimonial”. Nos anos de 2005 e 2006, os cursos foram disponibilizados para profissionais, professores da rede de ensino e servidores públicos. Após esse período, outros dois cursos foram realizados, um em 2007 e o seguinte em 2008, o primeiro com 150 inscritos, e o segundo com o número de 100 participantes. Estes cursos tiveram como principais objetivos a disseminação e a troca de experiências em torno do tema.

CURSO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



PROGRAMA

- PATRIMÔNIO HISTÓRICO: LEGISLAÇÃO, DEFINIÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO
- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA COLETIVA E CIDADANIA
- PATRIMÔNIO E IDENTIDADES: CONFLITOS, POTENCIALIDADES E LIMITES A INVENÇÃO DE PATRIMÔNIOS
- PRESERVAÇÃO E CONSUMO: O PATRIMÔNIO NA SOCIEDADE MODERNA
- PRESERVAÇÃO E CONSUMO: AS LEIS DE PRESERVAÇÃO E TOMBAMENTO LOCAIS, REGIONAIS E NACIONAIS
- PATRIMÔNIO NACIONAL, MEMÓRIA NACIONAL
- PATRIMÔNIO LOCAL/COMUNITÁRIO; MEMÓRIA LOCAL/COMUNITÁRIA
- RELATOS DE EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS DE ATIVIDADES COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
- PATRIMÔNIO, INCLUSÃO, EXCLUSÃO E FAZERES SOCIAIS. CONCLUSÕES POSSÍVEIS E PRELIMINARES
- EXIBIÇÃO DO FILME "OS NARRADORES DE JAVÉ"
- REALIZAÇÃO DE VISITA MONITORADA

26/05/2007 a 07/07/2007
Aos Sábados
Carga Horária: 28 horas
Horário: 8h20min às 12h

Coordenador:

Prof. Dr. Leandro H. Magalhães

Docentes envolvidos:

Leandro H. Magalhães

Patrícia M. Castelo Branco

Elisa Zanon

Julio Marcos S. Delalio

Inscrições:

De 10 a 24 de maio

Central de Eventos da Unifil

Taxa de inscrição: Isenta

Informações: 3375 7496



Apoiado por **Unifil**

Fig.1 > Cartaz de divulgação do Curso de Educação Patrimonial no ano de 2007.

CURSO

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



17^e 31 de maio
7/14/21 de junho

8h20min às 12h
Aos sábados
Carga horária: 30 horas

PROGRAMA

- PATRIMÔNIO HISTÓRICO: LEGISLAÇÃO, DEFINIÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO
- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, MEMÓRIA COLETIVA E CIDADANIA
- PATRIMÔNIO E IDENTIDADES: CONFLITOS, POTENCIALIDADES E LIMITES
- A INVENÇÃO DE PATRIMÔNIOS
- PRESERVAÇÃO E CONSUMO: O PATRIMÔNIO NA SOCIEDADE MODERNA
- PRESERVAÇÃO E CONSUMO: AS LEIS DE PRESERVAÇÃO E TOMBAMENTO LOCAIS, REGIONAIS E NACIONAIS
- PATRIMÔNIO NACIONAL, MEMÓRIA NACIONAL
- PATRIMÔNIO LOCAL/ COMUNITÁRIO; MEMÓRIA LOCAL/ COMUNITÁRIA
- RELATOS DE EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS DE ATIVIDADES COM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
- PATRIMÔNIO, INCLUSÃO, EXCLUSÃO E FAZERES SOCIAIS
- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CONCEITOS E PRÁTICAS
- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS DE ATIVIDADES
- VISITA MONITORADA

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof^ª. Mestre. Patrícia Martins Castelo Branco
Prof^ª. Especialista. Elisa Zanon

Local:

Auditório da Cidade da Criança
End: R. Benjamin Constant, 800
ao lado do Museu Histórico de Londrina
Pe. Carlos Weiss

Inscrições:

De 14 de abril a 15 de maio
Central de Eventos da Unifil
Taxa de inscrição: isenta

Informações:

(43) **3375 7496**

Patrocínio:



Fotografia e Arte: Rei Santos - 9138 2034/reiarte@yahoo.com.br

Fig.2 > Cartaz de divulgação do Curso de Educação Patrimonial no ano de 2008.

Visando divulgar as atividades desenvolvidas, foram produzidos dois *banners*, representando as atividades principais no Projeto Educação Patrimonial III: O “Roteiro da Diversidade Religiosa” e as Oficinas Realizadas nas Escolas. O “Roteiro da Diversidade Religiosa” foi concebido a partir da identificação de uma diversidade de crenças e manifestações religiosas consideradas marcos identitários da população londrinense. Essa temática constitui importante patrimônio para a cidade, tanto por suas manifestações culturais como patrimônio imaterial quanto pela sua presença marcante na paisagem urbana, tornando-se referência como patrimônio material.

O primeiro passo do trabalho foi a pesquisa e a constatação da diversidade de religiões existentes em Londrina, bem como a localização de suas edificações. Nesta etapa, a maior dificuldade foi a seleção dos prédios representativos, devido à grande quantidade existente no município. Como critério foi estabelecido a diversidade religiosa e étnica, a importância do templo para a comunidade religiosa identificada e sua importância histórica e arquitetônica. Além destes, outros dois critérios foram enfatizados, como a proximidade

e concentração dos pontos de visitação para formulação do roteiro que deveria ser realizado de ônibus, como também a escolha de templos localizados nas regiões onde seriam desenvolvidas as oficinas de educação patrimonial, ou seja, nas regiões oeste, norte e no distrito Espírito Santo. Após a seleção, a pesquisa sobre as informações das edificações e sua religiosidade foi a etapa que apresentou maior dificuldade, devido à dispersão de informações oficiais. Além da consulta em livros, sites e pesquisas já realizadas, os lugares selecionados foram visitados para registro fotográfico e compilação de dados. E por fim, a montagem do material gráfico para impressão e distribuição à população durante os passeios.

No *banner*, (ver pag.14) há referências aos trabalhos anteriores, como o Trilha Interpretativa “Aventura Urbana: O Centro Histórico”, desenvolvido pelo Prof. Dr. Humberto Yamaki.



Fig.3 > Roteiro da Diversidade Religiosa em Londrina, produzido no ano de 2007.

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



Elaborado no ano de 2005, o folder "Trilha Interpretativa 01 – Centro Histórico" faz parte do projeto Educação Patrimonial, como uma das ações desenvolvidas em parceria com Secretaria de Cultura Municipal e patrocínio do PROMIC – Programa Municipal de Incentivo à Cultura.

Coordenação.....Aline Pitzchik
Pesquisa e texto.....Humberto Yamaki

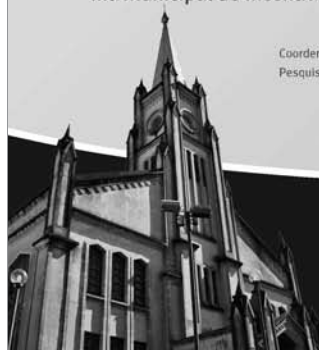
O "Roteiro Religioso", elaborado no ano de 2007 tem o objetivo de apresentar a diversidade das crenças e manifestações religiosas em Londrina.

Coordenação.....Leandro Magalhães
Patrícia C. Branco
Elisa Zanon
Julio Dellato



Foto: gls - www.mglopes.com.br

Fig.4 > Banner de divulgação dos roteiros desenvolvidos durante o projeto Educação Patrimonial nos anos de 2005 e 2007



PATROCÍNIO

PREFEITURA

PROGRAMA



REDE Cidadania

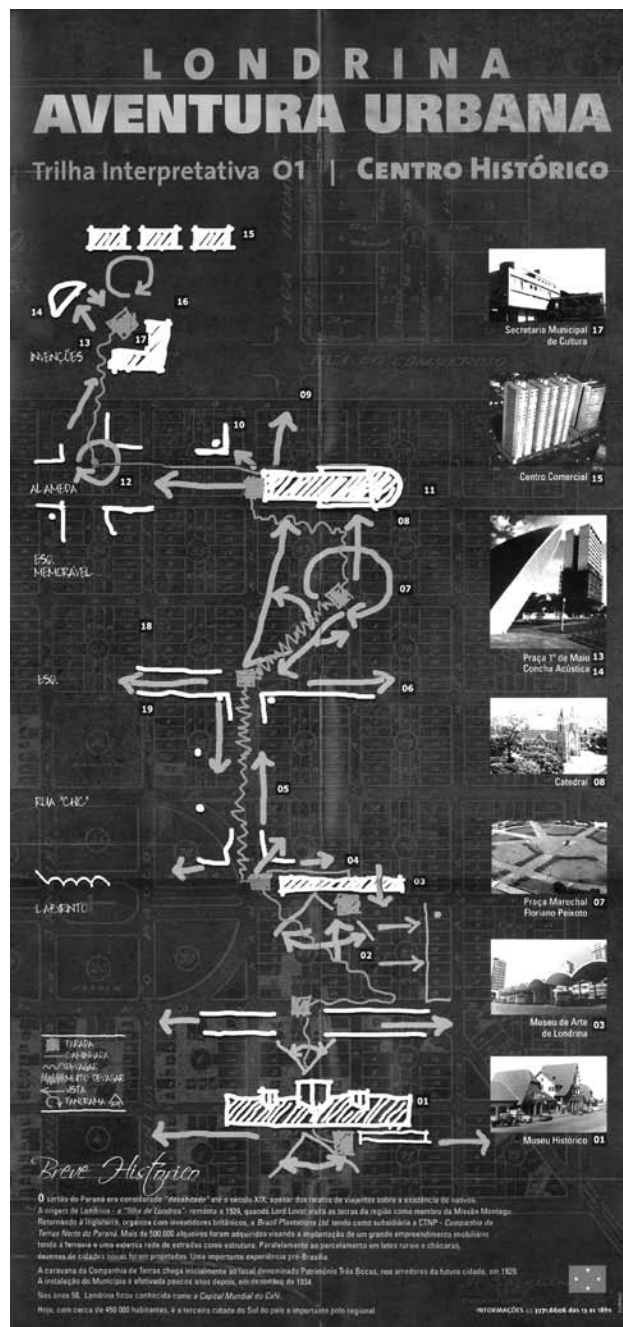


Fig.5 > Roteiro desenvolvido durante o projeto Educação Patrimonial no ano de 2005

As oficinas de Educação Patrimonial foram realizadas com estudantes da rede pública de ensino: Em 2007 em três escolas municipais e em 2008 em mais duas escolas públicas de Londrina, listadas abaixo.

Em 2007:

- Colégio Estadual Olympia de Moraes Tormenta (Zona Norte);
- Escola Municipal Ruth Ferreira Souza (Zona Oeste);
- Escola Municipal Luiz Marques Castelo (Distrito Espírito Santo);

Em 2008:

- Escola Municipal Padre Anchieta (Heimtal);
- Escola Municipal Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti (Zona Oeste).

As atividades desenvolvidas estão de acordo com as propostas teóricas e práticas que serão apresentadas neste livro, e tiveram por objetivo:

- Fortalecer a identidade cultural, individual e coletiva;
- Garantir a apropriação e o uso do patrimônio;
- Valorizar a auto-estima do indivíduo e da comunidade;
- Trazer a tona histórias de vidas;
- Debater sobre o caráter público dos espaços;
- Aliar a noção de modernidade com a reflexão sobre os valores e as tradições locais.

As atividades das oficinas de Educação Patrimonial foram bem recebidas por alunos e professores das escolas trabalhadas, constituindo como um importante elemento de reflexão e de fortalecimento da estima dos moradores. Percebeu-se, no início, que os alunos das escolas selecionadas tiveram dificuldades para identificar-se enquanto sujeito, tratando de personagens e lugares exteriores a sua realidade, ou seja, sem



Fig.6 >Escola Municipal Luiz Marques Castelo (Distrito Espírito Santo);



Fig.7 >Escola Municipal Ruth Ferreira Souza (Zona Oeste);



Fig.8 >Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta (Zona Norte);

vínculo identitário, o que fortalece a lógica excludente comumente aceita nos dias de hoje. No decorrer dos trabalhos, no entanto, verificou-se a constituição de um novo olhar, com a valorização de histórias, personagens e, principalmente marcos patrimoniais no lugar em que vivem. Durante as oficinas foram desenvolvidos roteiros nos bairros, em conjunto com os alunos, que apontaram espaços considerados relevantes. Este foi um momento importante de interação, reconhecimento e valorização do lugar em que vivem permitindo que eles próprios possam elaborar sua visão de patrimônio.

No banner apresentado a seguir, há referências a outras atividades já desenvolvidas em torno da Educação Patrimonial, como a Cartilha de Patrimônio Histórico e Cultural, publicada e lançada na Conferência Municipal de Cultura de Londrina, ocorrida no ano de 2007. Apresenta ainda referências às atividades desenvolvidas no ano de 2007, no Colégio Estadual Olympia Moraes de Tormenta, na Escola Municipal Ruth Ferreira Souza e na Escola Municipal Luiz Marques Castelo (Patrimônio Espírito Santo).

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Cartilha "Reconhecendo o Patrimônio Cultural em Londrina" - Ilustrada, 40 p.



Projeto Educação Patrimonial
Coordenação: Denise Lezo
Elise Donatias
Elisa Zanoni
Vanda de Moraes

No ano de 2006, o projeto Educação Patrimonial teve o intuito de ampliar a discussão sobre patrimônio cultural em Londrina, através da capacitação de professores da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e a distribuição gratuita da cartilha para as escolas públicas e sociedade londrinense em geral.

O Projeto Educação Patrimonial III prevê a realização de oficinas sobre Educação Patrimonial para estudantes de três escolas públicas (lado dir.) em Londrina. A partir de temas relacionados à história do bairro, memória e identidade, as atividades têm o intuito de valorizar a própria cultura como patrimônio.



Colégio Estadual
Prof. Olympio Moraes Tormenta
Zona Norte



Escola Municipal
Ruth Ferreira de Souza
Zona Oeste



Escola Municipal
Luiz Marques Cabello
Quilombo Espírito Santo

Projeto Educação Patrimonial III
Coordenação: Leandro Magalhães
Patrícia Castelo Branco
Elisa Zanoni
Julio Detello

www.londrina.pr.gov.br

Fig.9 > Banner de divulgação da cartilha de Educação Patrimonial e oficinas desenvolvidas em três escolas da rede pública em 2007.

PATROCÍNIO

PREFEITURA

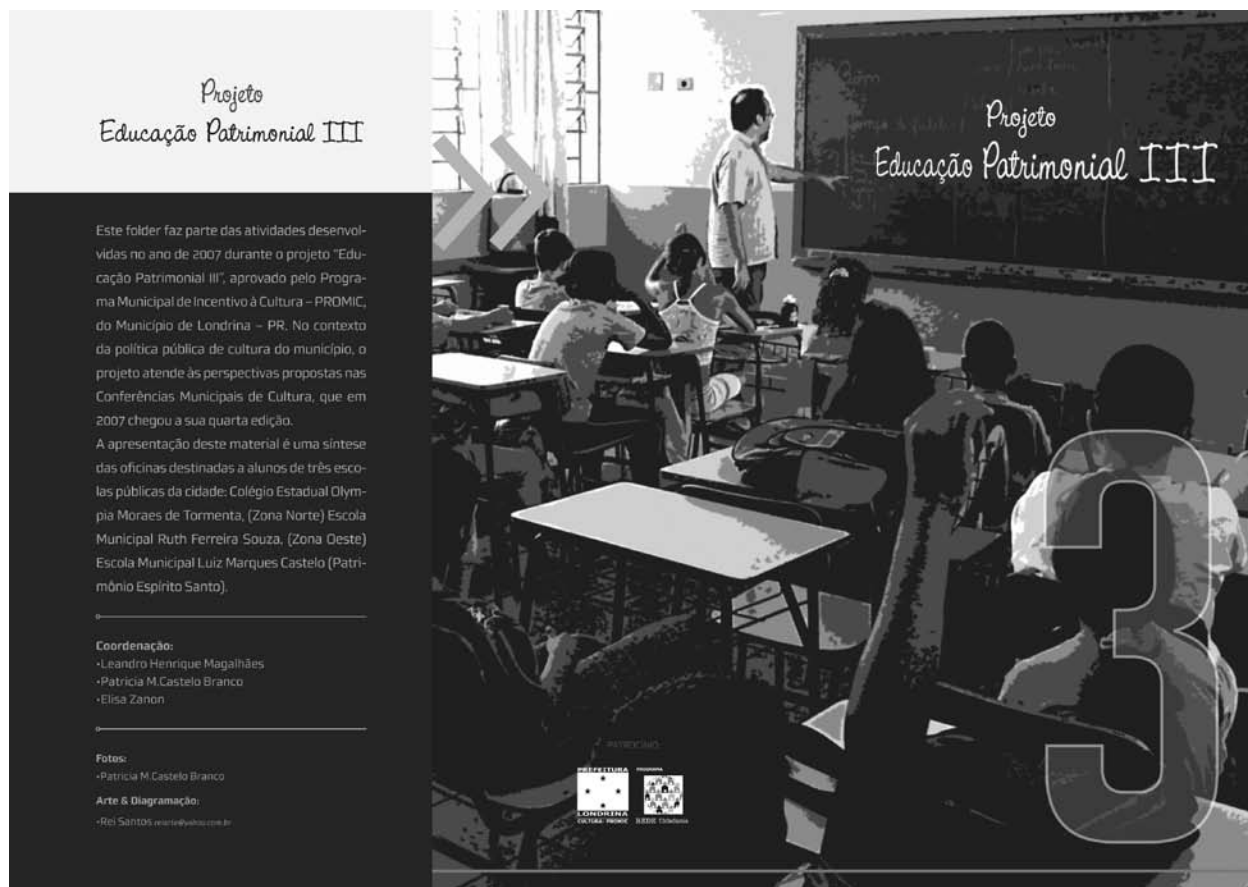
PROGRAMA



Reconhecendo o
**Patrimônio
Cultural**
em Londrina



Fig.10 > Cartilha de Educação Patrimonial
“Reconhecendo o Patrimônio Cultural em
Londrina”, publicada em 2007



Figs.11 e 12 > Folder de divulgação (frente e verso)
das oficinas desenvolvidas em três escolas da rede pública, 2008.



O trabalho nas escolas teve como objetivo possibilitar uma reflexão efetiva sobre o significado do patrimônio histórico e cultural vinculado à educação patrimonial.

Para alcançar este propósito, as atividades conduziram ao fortalecimento da identidade cultural, individual e coletiva; a garantir a apropriação e o uso do patrimônio; a valorizar a auto-estima do indivíduo e da comunidade; trazer à tona histórias de vidas; debater sobre o caráter público dos espaços; aliar a noção de modernidade com a reflexão sobre os valores e as tradições locais.

Acima de tudo, a educação patrimonial deve servir de instrumento que garanta o direito à memória e à cidadania, envolver a comunidade, levando-a a apropriar-se e usufruir do patrimônio. Buscou-se capacitar o indivíduo para a leitura e compreensão do universo sócio-cultural no qual está inserido e para a produção de novos conhecimentos, possibilitando um enriquecimento individual, coletivo e institucional.

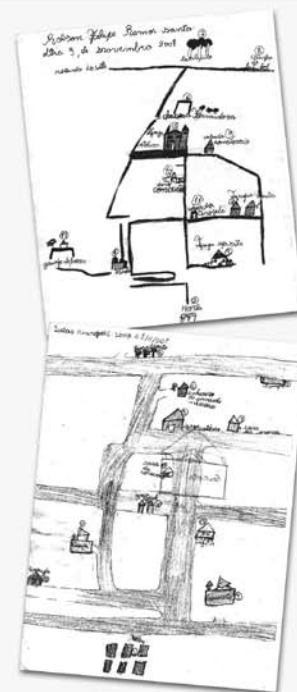
Uma das atividades desenvolvidas foi a construção de um roteiro, apresentando os pontos de referência

do bairro ou região onde as escolas estão inseridas. As salas foram divididas em grupos, sendo que cada um deveria destacar os três lugares mais importantes do bairro.

Após esta etapa, foi realizada uma plenária com a apresentação de todos os lugares mencionados pelos grupos e logo em seguida foram selecionados os lugares considerados mais significativos para os alunos. A partir disso, foi montado um roteiro (à direita), com a realização de visitas em um processo de reconhecimento do espaço vivido, ficando a cargo dos alunos a identificação e a apresentação das principais características destes lugares.

Nas visitas, os participantes fizeram fotografias, que posteriormente foram analisadas em grupo, atribuindo um título e sua descrição, como uma atividade de aprendizado de leitura de documentos. Os resultados das análises foram apresentados novamente em plenária.

No processo de avaliação percebeu-se, nas três escolas, uma valorização do lugar como espaço de vivência e de constituição de práticas culturais que fortalecem identidades, elemento essencial para o entendimento do aluno como sujeito ativo e comprometido com sua realidade sócio-cultural.



Roteiros elaborados por alunos da Escola Municipal Luiz Marques Castelo, no Patrimônio Espírito Santo.
 Fotos: Patricia M. Castro/Banco



QUAL É O SEU CENTRO?

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Histórias do Nosso Pedaco



O trabalho nas escolas teve como objetivo possibilitar uma reflexão efetiva sobre o significado do patrimônio histórico e cultural vinculado à educação patrimonial.

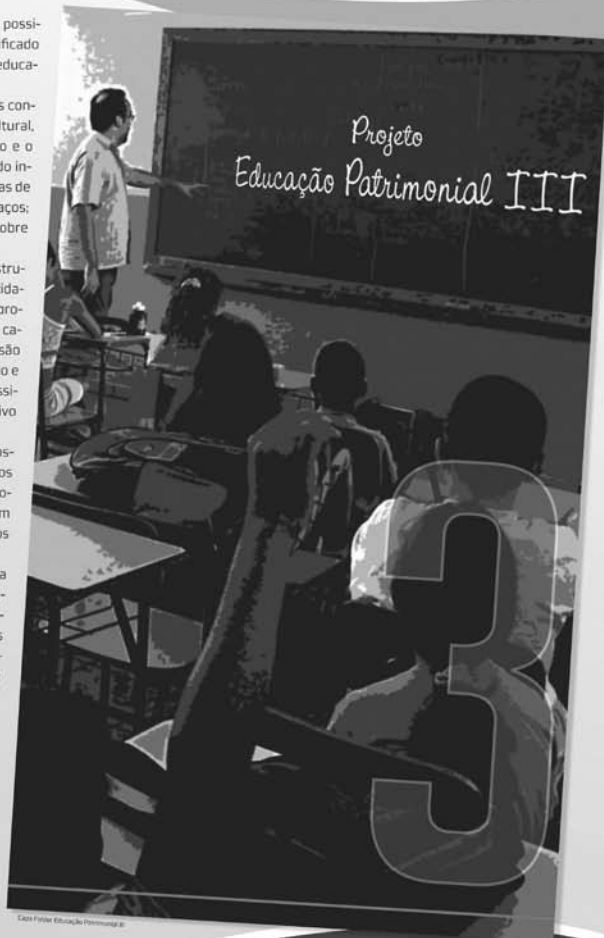
Para alcançar este propósito, as atividades conduziram ao fortalecimento da identidade cultural, individual e coletiva; a garantir a apropriação e o uso do patrimônio; a valorizar a auto-estima do indivíduo e da comunidade; trazer à tona histórias de vidas; debater sobre o caráter público dos espaços; aliar a noção de modernidade com a reflexão sobre os valores e as tradições locais.

A educação patrimonial deve servir de instrumento que garanta o direito à memória e à cidadania, envolver a comunidade, levando-a a apropriar-se e usufruir do patrimônio. Buscou-se capacitar o indivíduo para a leitura e compreensão do universo sócio-cultural no qual está inserido e para a produção de novos conhecimentos, possibilitando um enriquecimento individual, coletivo e institucional.

Uma das atividades desenvolvidas foi a construção de um roteiro, apresentando os pontos de referência do bairro ou região onde as escolas estão inseridas. As salas foram divididas em grupos, sendo que cada um deveria destacar os três lugares mais importantes do bairro.

Após esta etapa, foi realizada uma plenária com a apresentação de todos os lugares mencionados pelos grupos e logo em seguida foram selecionados os lugares considerados mais significativos para os alunos. A partir disso, foi montado um roteiro com a realização de visitas em um processo de reconhecimento do espaço vivido, ficando a cargo dos alunos a identificação e a apresentação das principais características destes lugares.

No processo de avaliação percebeu-se, nas três escolas, uma valorização do lugar como espaço de vivência e de constituição de práticas culturais que fortalecem identidades, elemento essencial para o entendimento do aluno como sujeito ativo e comprometido com sua realidade sócio-cultural.



Escola Pádua Educação Patrimonial III

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Profª. Mestre, Patrícia Martins Castelo Branco
Profª. Especialista, Eliza Zanoni

PATROCÍNIO:



PROGRAMA



versão 1.0 - 01/08/2014

Fig.13 > Banner de divulgação do folder sobre as oficinas de Educação Patrimonial, 2008.

No projeto de 2008 em parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, foi selecionado um conjunto de imagens históricas para compor o “Museu Itinerante”, uma exposição elaborada a partir da reprodução de fotos antigas das escolas municipais Padre Anchieta e Reverendo Odilon Gonçalves Nocetti, onde estavam sendo realizadas as oficinas de Educação Patrimonial e suas proximidades.

Fig.14 > Banner Museu Itinerante
– Comunidade Heimtal, 2008



Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

O Projeto Educação Patrimonial IV tem como um de seus objetivos, aproximar a comunidade de seu patrimônio e também do seu bairro, reforçando sua identidade a partir da apropriação e preservação dos espaços e suas manifestações.

A partir de uma parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, apresentamos o “Museu Itinerante”. Uma proposta ancorada na educação não-formal que busca a valorização dos espaços públicos, demonstrando que um museu pode e deve ser dinâmico e socializador, à medida que permite variadas manifestações de diferentes níveis sociais, contemplando cada vez mais um número maior de espaços alternativos.

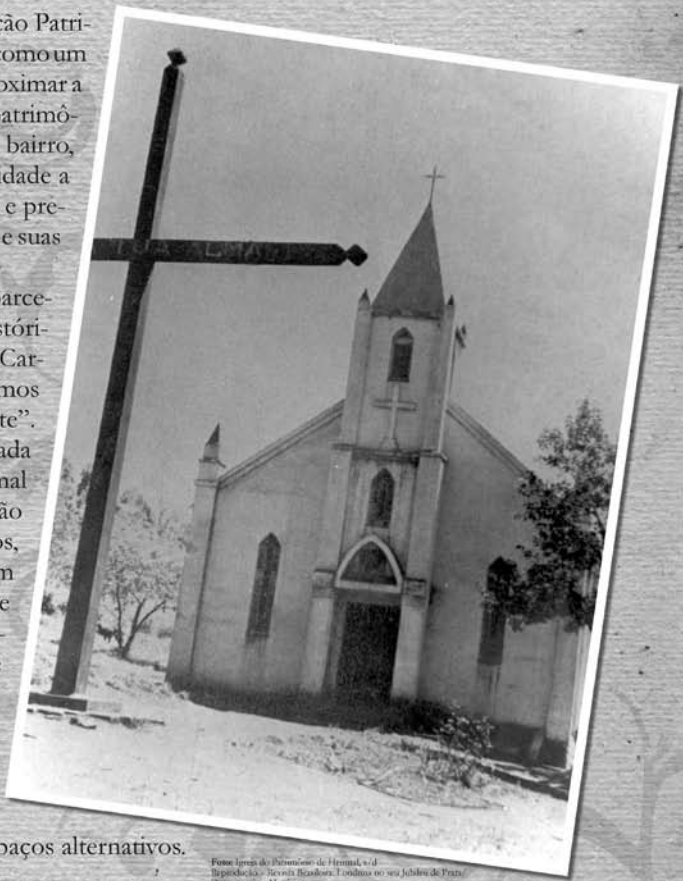


Foto: Igreja do Sacramento de Heimtal, s.d.
Reprodução: Revista Bandeira, Londrina no seu Jubileu de Prata,
Organeiro: Heitor Hoffmann.
Arquivo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.^a Mestre Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.^a Especialista Eliza Zanon

APOIO:



PATROCÍNIO:




www.heimtal.org.br - 033 3217711

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Família alemã Kernkamp, em Heimtal. Foi a primeira família a se estabelecer nas terras da Cia. O rancho de palmito foi construído pela Cia. Na foto, a esquerda, o Barão Von Drachenfels, agenciador da Cia de Terras Norte do Paraná, 1930.

Autor: George Craig Smith
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Foto: Armazém do Sr. Carlos Strass em Heimtal. Na foto, o primeiro da esquerda é o senhor Carlos.

Autor: George Craig Smith
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Fig.15 > Banner Museu Itinerante
– Comunidade Heimtal, 2008

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.ª Mestre: Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.ª Especialista: Eliza Zanoni

APOIO:



PATROCÍNIO:



PROGRAMA



www.museuhistorico.org.br

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Casa de Carlos Strass, Heimtal, outubro de 1931.
Autor: Desconhecido.
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Foto: Escola Alemã, Heimtal.
Autor: Theodor Preisling
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Fig.16 > Banner Museu Itinerante
– Comunidade Heimtal, 2008

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.^a Mestre. Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.^a Especialista. Elza Zanoni

APOIO:



PATROCÍNIO:



PROGRAMA



LONDRINA
CULTURA - PATRIMÔNIO

SECRETARIA DE CULTURA

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Construção da Escola Municipal de Heimtal.

Autor: Oswaldo Leite.
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Foto: Antigo prédio da Escola Municipal de Heimtal.

Autor: Desconhecido.
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Fig.17 > Banner Museu Itinerante
– Comunidade Heimtal, 2008

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.ª Mestre. Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.ª Especialista. Eliza Zanoni

APOIO:



PATROCÍNIO:



PROGRAMA



www.museuhistorico.londrina.pr.gov.br

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Igreja de Heimtal. Na foto,
Pe. José Amaral e Ricardo
Kwasigroch - palotinos, s/d.

Autor: Pe. Carlos Probs.
Acervo: Museu Hist. de
Londrina Pe. Carlos Weiss.



Foto: Capela de Heimtal, s/d.
No volante, Pe. José Amaral.

Autor: Pe. Carlos Probs.
Acervo: Museu Hist. de
Londrina Pe. Carlos Weiss.



Fig.18 > Banner Museu Itinerante
– Comunidade Heimtal, 2008

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.ª Mestre. Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.ª Especialista. Eliza Zanoni

APOIO



PATROCÍNIO



PROGRAMA



LONDRINA
CULTURA - PROMEC

HEIMTAL
Comunidade

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss



Foto: Vista aérea do Jardim do Sol, vendo-se parte do conjunto Charrua, 06 de setembro de 1971.
Autor: Osvaldo Lima.
Arquivo Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

O Projeto Educação Patrimonial IV tem como um de seus objetivos, aproximar a comunidade de seu patrimônio e também do seu bairro, reforçando sua identidade a partir da apropriação e preservação dos espaços e suas manifestações.

A partir de uma parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, apresentamos o “Museu Itinerante”. Uma proposta ancorada na educação não-formal que busca a valorização dos espaços públicos, demonstrando que um museu pode e deve ser dinâmico e socializador, à medida que permite variadas manifestações de diferentes níveis sociais, contemplando cada vez mais um número maior de espaços alternativos.

Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Fig.19 > Banner Museu Itinerante
– Jardim do Sol, 2008.

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.ª Mestre: Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.ª Especialista: Eliza Zanoni

APOIO:



PATROCÍNIO:



PROGRAMA



LONDRINA
CULTURA - PROMOVE
REDE CIDADANIA

coordenador@educacao.londrina.pr.gov.br

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Jardim do Sol, s/d.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Foto: Jardim do Sol, s/d.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de Londrina Pe. Carlos Weiss.



Fig.20 > Banner Museu Itinerante
– Jardim do Sol, 2008.

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.^a Mestre: Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.^a Especialista: Eliza Zanoni

APOIO:



PATROCÍNIO:



PROGRAMA



LONDRIANA
CULTURA - PROMEC

www.museuhistorico.org.br - 033 321 2714

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Fase de construção do Grupo Escolar do Jardim do Sol. Administração do Prefeito Dalton Fonseca Paranaguá. 27 de julho de 1970.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de Londrina
Pe. Carlos Weiss.



Foto: Engenheiros da Prefeitura recebendo a nova ala construída ao lado do Grupo Escolar do Jardim do Sol. 11 de fevereiro de 1972.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de Londrina
Pe. Carlos Weiss.



Fig.21 > Banner Museu Itinerante
– Jardim do Sol, 2008.

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães
Docentes:
Pro^{fa}. Mestre, Patrícia Martins Castelo Branco
Pro^{fa}. Especialista, Elisa Zanoni
Supervisão:
Vanda de Moraes

APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO:



Reprodução: Museu Histórico de Londrina

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Casa no Jardim do Sol, s/d.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de
Londrina Pe. Carlos Weiss.



Foto: Oficina mecânica operando
em plena via pública do
Jardim do Sol, novembro
de 1973.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de
Londrina Pe. Carlos Weiss.



Fig.22 > Banner Museu Itinerante
– Jardim do Sol, 2008.

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Prof.^a Mestre. Patrícia Martins Castelo Branco
Prof.^a Especialista. Elza Zanon

APOIO:



PATROCÍNIO:

PREFEITURA

PROGRAMA



www.museuhistorico.org.br - 033 32 0714

Museu Itinerante

PROJETO EDUCAÇÃO PATRIMONIAL IV
Parceria com o Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss

Foto: Obra de Pavimentação,
década de 1970.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de
Londrina Pe. Carlos Weiss.



Foto: Olimpíada Escolar. Desfile
de escolas. Escola Municipal
Odilon G. Nocetti, Jardim
do Sol, 13 de julho de 1975.

Autor: Oswaldo Leite
Acervo: Museu Hist. de
Londrina Pe. Carlos Weiss.



Fig.23 > Banner Museu Itinerante
– Jardim do Sol, 2008.

Coordenador:
Prof. Dr. Leandro Henrique Magalhães

Docentes:
Profª. Mestre. Patrícia Martins Castelo Branco
Profª. Especialista. Eliza Zanon

APOIO:



PATROCÍNIO:

PREFEITURA

PROGRAMA



www.museuhistorico.org.br - 413.3333

No projeto de 2008, houve ainda a formulação de mais uma trilha interpretativa, o “Roteiro das Escolas de Londrina”.

A elaboração de passeios monitorados busca dar ênfase ao patrimônio material, imaterial e nas características da cidade, visando fortalecer as identidades, valorizar comunidades e chamar atenção para os aspectos paisagísticos e arquitetônicos. Este roteiro foi esquematizado a partir da pesquisa auxiliada pelo Museu Histórico de Londrina, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica – CDPH, Diretoria de Patrimônio Histórico-Cultural e Secretaria Municipal de Educação, contando com a contribuição do pesquisador Guilherme Alves Bomba.

Os produtos apresentados indicam a concepção de Educação Patrimonial e de Patrimônio Histórico e Cultural, que será abordado nos capítulos seguintes.

Fig.24 > Roteiro Escolas de Londrina, (capa) do Projeto Educação Patrimonial, 2008.



Patrimônio Histórico Cultural: Aspectos Conceituais

A pesar da discussão central deste livro ser a Educação Patrimonial, faz-se necessário tratar de aspectos que constituem o conceito de Patrimônio Histórico e Cultural. Devido à diversidade de possibilidades, e da necessidade de escolha daí decorrente, optou-se: pelo aspecto histórico do conceito; pela transformação jurídica que este conceito vem vivendo e; pelo vínculo que o patrimônio histórico e cultural possui com o conceito de memória.

Aspectos Históricos

Segundo Marilena Chauí (2000, p. 16-19), o conceito de patrimônio está vinculado ao nascimento do conceito de Estado-Nação, aliado às idéias de soberania política, unidade territorial e legal, com a nação passando a indicar o conjunto de indivíduos nascidos em um mesmo lugar.

A princípio, a noção de patrimônio esteve vinculada aos bens materiais familiares, voltados para o consumo, adequada à lógica absolutista, quando o conceito de pátria se vinculava à de monarquia. Neste sentido, o termo *pater* significa o senhor, chefe ou proprietário, o dono do patrimônio e com poder patriarcal. A partir do século XVIII, patrimônio passou a ser entendido como elementos protegidos e nomeados como bens culturais de uma nação, visando criar uma referência comum, uma identidade nacional. Esta noção de patrimônio está vinculada às classes proprietárias que, além da centralização dos meios de produção e da expropriação do resultado do trabalho, possuíam a propriedade cultural, que deveria ser preservada (RODRIGUES, 2001).

O patrimônio adquire assim uma lógica includente, atuando na resolução do grande problema na formação do Estado no século XVIII, ou seja, a inclusão de todos na esfera da administração estatal, garantindo a lealdade dos cidadãos ao sistema, colocando-se acima dos conflitos de classes e dos sociais. Com a constituição de elementos ideológicos como a história e o patrimônio, a nação passa a ser vista como algo que

sempre existiu, desde tempos imemoriais, identificada pela sua ancestralidade e pelas raízes da nacionalidade.

A Revolução Francesa deve ser entendida como um marco neste processo, pela ruptura com o que era considerado passado nacional e pela promoção de novos modos de existência deste passado. Não era o caso de destruir todos os seus testemunhos, mas de criar espaços de reinterpretação e preservação a partir de uma triagem: os museus. Neste espaço seria resguardado aquilo que pudesse servir de ornamento, troféu e apoio à liberdade e à legalidade, valores que precederiam à revolução. Daí a possibilidade de tratar de grandes feitos e homens que, mesmo em sistemas maus, tinham princípios bons, sendo possível a identificação de um caminho em direção à civilização. Estes elementos definem os critérios de preservação daquilo que deveria ser lembrado e entendido como patrimônio, motivando a realização, na França, de um inventário nacional do patrimônio, em 1837 (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 47-48).

O patrimônio e o museu adquirem papel de constituição e legitimação de uma identidade burguesa, como no caso do Mu-

seu do Louvre, de 1793, do Arco do Triunfo, de 1836 e do Museu d'Orsay, de 1900, marcos do processo de Revolução Francesa. Estes elementos levaram à constituição de uma memória homogênea, de um discurso histórico sem conflitos ou resistências, favorecendo a construção de identidades e a legitimação das relações de poder a partir da unicidade da memória, que se apresenta sem opositores ou alternativas. Ter controle sobre o patrimônio é ter controle sobre a lembrança e sobre os processos de ocultamento, tornando-se elemento estratégico na constituição de uma memória histórica do Estado (SILVA, 1995). A idéia de patrimônio aproxima-se, assim, com a de monumento, entendido como o ato de memorizar, dando sentido ao que se quer lembrar, estando quase sempre vinculado a interesses nacionais ou comunitários. Geralmente o monumento marca momentos fundadores, possibilitando a construção, ou a destruição, de identidades (DE DECCA, 1992, p. 129).

A memória francesa se dá, assim, a partir da construção de uma memória nacional, de uma variedade de elementos produzidos desde o processo revolucionário até sua consolidação, no século XIX (DE DECCA, 1992, p. 129).

Há o interesse na construção de um ideal de cidadania a partir desta memória e de seus momentos fundadores, partindo de elementos como a bandeira, o calendário, o hino, datas comemorativas e monumentos como o Panthéon e o “Monumento aos Mortos”, além de uma pedagogia escolar e não escolar, marcada especialmente pelo *grand dictionnaire latousse*. É a constituição de uma modernidade, de um presente que rompe com a tradição e com o passado:

Enfim, os suportes da memória coletiva, que sempre foram elementos principais da criação do sentimento de continuidade e de preservação das sociedades pré-industriais, foram paulatinamente destruídos e hoje o cidadão se sente cada vez mais mutilado em seus sentimentos coletivos com relação ao passado (DE DECCA, 1992, p. 130).

É possível encontrar elementos semelhantes aos aqui apresentados quando tratamos do Patrimônio Histórico Nacional Brasileiro, tendo em vista que sua constituição esteve marcada pelo ideal europeu de civilização. Podemos dividir, de maneira esquemática, esta identificação em três momentos: a vinda da Família Real, processo conhecido como interiorização da metrópole (DIAS, 2005), que tem como marcos, dentre

outros, o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional; a Independência do Brasil, podendo ser identificados como monumentos o Museu Nacional (Quinta da Boa Vista), o Museu Imperial (Petrópolis) e o Museu do Ipiranga; e a Proclamação da República, podendo ser representado pelo Museu da República (Catete). São criações de lugares de memórias, que ganham espaço com a chegada da corte lusitana, em 1808 e, a partir da independência, assumem papel de instrumentos de constituição de uma identidade nacional, o que pode ser exemplificado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB e pelo Arquivo Nacional, que tinham por objetivo compor uma História do Brasil que possibilitasse a formação de uma nação branca e européia, tendo no Estado seu elemento constituinte (ODÁLIA, 1974, p. 15). Nas palavras de Lucia Maria Paschoal Guimarães: “Significou dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum (1998, p. 474)”.

Partindo destas reflexões, o monumento, e assim o patrimônio, passam a ser possuidores de uma função primordial, ou seja, dar sentido e ordem à memória, como delimitadores de momentos fundadores,

invariavelmente vinculados a interesses e à composição de identidades (SILVA, 1995, p. 50). São marcas daquilo que se convencionou lembrar, preservar, e assim, ocultar. Os momentos fundadores, denominados por Marilena Chauí de mitos fundadores (CHAUÍ, 2000 p. 09) estão vinculados com a origem, com um passado que não cessa e que é sempre presente, buscando e encontrando novos meios de expressão, novas linguagens, valores, idéias, levando à repetição do mesmo, em um processo de atualização e sobreposição na construção de identidades.

No Brasil, a preocupação com o patrimônio histórico iniciou-se efetivamente no século XX, quando o país passou por uma crise de identidade, marcada pelo processo de urbanização no sudeste brasileiro e pela ascensão das elites industriais (RODRIGUES, 2001). As diferenças entre o sertão e as cidades podem ser demonstradas por movimentos como Canudos, o coronelismo e o cangaço. Esta oposição está expressa também, segundo José Carlos Reis (1999), na historiografia brasileira, que teria em Gilberto Freire um defensor das elites agrárias tradicionais e em Sérgio Buarque de Holan-

da um autor que exalta a sociedade urbana, consolidada em meados do século XX. Outros elementos são a proliferação de escolas para imigrantes, a disputa de poderes entre o governo federal e as oligarquias regionais, que culminou na chamada Revolução de 30, e o modernismo de 1922, que buscou conhecer, compreender e recriar o Brasil.

Este debate ganhou destaque em dois momentos específicos da república brasileira: no Período Vargas, em especial no Estado Novo, e no chamado Período Militar Brasileiro. No primeiro momento, a cidade de Ouro Preto recebe *status* de patrimônio nacional sendo criado, em 1937, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que entendia como patrimônio o:

conjunto de bens móveis e imóveis (...) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (RODRIGUES, 2001, p. 20).

Este foi o momento que marcou a construção de uma identidade nacional, em um movimento que, segundo Marilena Chauí, inicia-se com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e se manteve até a

década de sessenta, período este vinculado politicamente ao populismo e ao nacional-desenvolvimentismo (CHAUÍ, 2000). Além disso, há a afirmação da nação em detrimento de um possível federalismo, favorecendo o culto aos símbolos nacionais, dentre eles o patrimônio, além da tentativa de vincular a cultura de massa a este ideal de nação. É neste período que as escolas de samba passam a ser obrigadas a definirem temas nacionais para seus desfiles e que ganha espaço um dos intérpretes mais importantes da música popular brasileira, Ary Barroso, que se dedica a cantar as belezas da nação. Há ainda a busca de valorização do povo brasileiro, marcado por uma unidade nacional demonstrada pela história e, em especial, pelo patrimônio. A inserção da noção de povo seria fundamental neste momento, servindo como estratégia de inserção e controle dos trabalhadores, incorporando a questão de classe como questão nacional e neutralizando assim sua base política (CHAUÍ, 2000, p.32).

O Estado Novo pode ser entendido ainda como um marco da modernidade brasileira que, assim como ocorrera na Europa no século XVIII, visava reatualizar os ele-

mentos tradicionais para legitimar a república, tendo como principal ator o Estado no papel de produtor e definidor de memórias (CHAUÍ, 1992), com as elites brasileiras buscando dotar o Brasil de condições de entrar nos trilhos do progresso e da modernidade, tida como única possibilidade histórica (CUNHA, 1992, p. 09). Com isto, tem-se a cristalização de uma memória que reside em poucos lugares e que pertence também a poucos. O Estado Novo voltou seu olhar para o patrimônio com uma preocupação central, a modernidade, elemento fundamental na construção de uma identidade burguesa. Daí sua política de preservação patrimonial estar vinculada à afirmação do triunfo do novo e de uma História do Estado que se transforma em História de todos.

Neste sentido, a criação do SPHAN, em 1937, tornou-se um marco, cujas intenções eram “abrasileirar os brasileiros”, reforçando os vínculos com o modernismo, e, com Mário de Andrade, adequando-os aos objetivos do Estado Novo de definição de uma identidade nacional a partir da identificação, defesa, restauração e conservação de monumentos e obras de arte que valorizassem a cultura nacional. Com esse obje-

tivo, são eleitos como elementos dignos de preservação as sedes do poder político, religioso, militar e das classes dominantes, assim como seus feitos e modos de vida que, até os dias de hoje, mantêm-se como patrimônio oficial da nação, apesar da maior parte da população não se reconhecer nesses símbolos. Esta perspectiva, que foca a unidade e a identidade nacional, foi fator de marginalização das contradições reais e tira da memória o significado da luta social por ela, e assim, pelo patrimônio (FENELON, 1992, p. 29-30).

As cidades históricas mineiras foram escolhidas pelo Estado Novo como lugares de memória e de história, como espaços emblemáticos de heróis e da memória nacional coletiva, passando a receber cuidados especiais no que diz respeito à preservação, numa necessidade de tornar visível uma identidade cultural do país (ALBANO, 2002, p. 273-274). Como era necessário garantir a nacionalidade por meio de uma continuidade histórica com o período colonial, estes espaços foram escolhidos como lugares de memória, tendo em vista a representatividade da região na política nacional do século XX, além de ser considerado um

dos primeiros focos de rebelião republicana contra a monarquia, elementos levados em consideração já no momento de construção de um ideal legitimador na proclamação da república, que passa a ter em Tiradentes seu principal herói.

Estes elementos ajudam a explicar o motivo pelo qual as cidades mineiras foram identificadas como Patrimônio Nacional, e não cidades como Antonina, no Estado do Paraná, ou São Francisco do Sul, em Santo Catarina, locais que possuem um rico patrimônio arquitetônico, oriundos do período colonial brasileiro, mas que se localizam em regiões periféricas tanto quando nos referimos a década de 30, como quando pensamos na dinâmica colonial. Ou seja, Minas Gerais passa a ser entendido como lugar representativo de uma memória nacional, de uma identidade marcada pela riqueza e pela continuidade colonial com viés republicano, além do fato da região sudeste ser importante, naquele momento, para a constituição da identidade nacional, apesar do vínculo de Getúlio Vargas com o estado do Rio Grande do Sul.

Ao tratar da temática Patrimônio Histórico Nacional, deve-se entender as

idades como monumentos e, ao mesmo tempo, como um tecido vivo. Caso contrário, corre-se o risco de congelar-se estes espaços, tirar deles suas manifestações espontâneas, como se quando apagássemos as luzes, a cidade desaparecesse (ALBANO, 2002, p. 276). Além disso, não se deve ignorar o fato de que o que foi preservado foram os elementos importantes para a constituição de um ideal de nação, próprio da década de trinta e, desta forma, lugares de afirmação de uma identidade burguesa. Assim: “Preservam-se as igrejas barrocas, os fortes militares, as casas-grandes e os sobrados coloniais. Esqueceram-se, no entanto, das senzalas, dos quilombos, as vilas operárias e os cortiços (ORIÁ, 1997, p. 131)”.

O segundo momento a ser destacado é o que se convencionou denominar de Período Militar, inaugurado em 1964, quando houve uma intervenção crescente na cultura e educação. Há, aqui, uma aproximação efetiva das noções de patrimônio e turismo, marcado pela participação do Brasil, em 1967, de um encontro no Equador, em que se definiu a importância do patrimônio na valorização do desenvolvimento nacional e, no ano seguinte, com a criação

do “Conselho de Defesa do Patrimônio”, sendo este entendido como mercadoria, vinculando-se definitivamente com o Turismo, em especial após a criação da Embratur, que ganha força como elemento de manipulação simbólica em relação à memória e ao patrimônio. Nos dois casos, predominava uma perspectiva autoritária, tendo como papel legitimar um status, visando à manutenção de um determinado grupo no poder.

Apesar do esforço varguista em dotar o Brasil de uma identidade nacional, esta ainda estava em construção na década de setenta, em especial, segundo Marilena Chauí (CHAUÍ, 2000, p. 27-28), à ausência de uma burguesia nacional completamente constituída de uma classe operária autônoma e organizada e a existência de uma classe média que oscila entre interesses burgueses e proletários. A consequência foi a incapacidade das classes sociais de constituírem ideologias, o que acarreta um vazio político que é suprido pelo Estado, entendido como único agente político e histórico. Constrói-se a imagem de um Brasil grande, de natureza exuberante e povo ordeiro, pronto a re-

ceber recursos, visando à integração nacional, a segurança e o desenvolvimento, ou seja, a modernidade (CHAUÍ, 2000, p. 32). É neste momento que se intensificam os debates em torno de políticas públicas em relação à memória e ao patrimônio, acirrando-se à medida que o Brasil caminha para um processo de redemocratização, quando se coloca em jogo nossa memória e nossa identidade (PEREIRA, 2002, p.122).

Patrimônio e modernidade são elementos que devem ser pensados em conjunto, a partir de uma política de Estado e de elementos ideológicos que levam a uma crescente individualização, rompendo com os elos de memória autônoma ou tida como tradicional (DE DECCA, 1992, p. 131), resultando numa perda de referência e dos vínculos com o passado, numa crescente destruição dos suportes de memória, sejam eles materiais ou imateriais. A modernidade adquire aqui um duplo significado: vínculo com a sociedade burguesa e, ao mesmo tempo, com o novo e a superação do passado, da tradição, desarticulando experiências, memórias e, assim, grupos sociais (PAOLI, 1992, p. 25).

Aspectos de Legislação

Como visto, foi a partir dos séculos XIX e XX que ocorreu uma consagração institucional do monumento histórico, e assim, a necessidade de legislar sobre o tema. O conjunto desta legislação é conhecido como Cartas Patrimoniais, e serão brevemente aqui apresentadas.

A França foi a primeira a criar oficialmente, nos moldes modernos, em 1837, uma Comissão de Monumento Histórico, que classificava monumentos da Antigüidade, Igrejas e Castelos da Idade Média. Também é da França a primeira lei sobre Monumento Histórico criada em 1913, concentrada nos conjuntos arquitetônicos de vista histórica. Ou seja, a legislação acompanha a necessidade de formação de uma memória do Estado, e assim, de uma identidade nacional. No que se refere à preservação do patrimônio, acaba-se por optar pela conservação dos elementos que representassem a grandeza histórica edificado, como o caso da Igreja de Notre Dame, de estilo gótico medieval, que teve construção iniciada em 1163.

Portanto, foi nos séculos XIX e XX que a “preocupação” de preservar o passado se estendeu para o Estado, que passou a estimular a produção de leis de conservação e restauração, transformando-se em uma problemática mundial.

A princípio a legislação patrimonial se concentrou no Patrimônio Arquitetônico, para somente em meados da década de 1970 alcançar o Patrimônio Cultural, ampliando as características daquilo que deveria ser considerado fundamental para a formação da identidade de um povo e que deveria, assim, ser preservado. Considera-se assim intangível como patrimônio, caminhando para o que chamamos hoje de Patrimônio Cultural Imaterial.

No Brasil, a categoria de bem imaterial tem validade apenas após a Constituição de 1988, garantida no ano de 2000 com a criação do “Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” do IPHAN. O primeiro registro foi o das panelas de goiabeira do Espírito Santo, em 2002, apesar do esforço de alguns para que fosse escolhido o ritual fúnebre Quarup, das tribos do Alto Xingú do Mato Grosso (CÔR- TES, 2007, p. 27).

Segundo o IPHAN (2008):

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. O Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

O Patrimônio Imaterial está agrupado, no IPHAN, em:

- Livro de Registro dos Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Livro de Registro de Celebrações: rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social;
- Livro de Registros das Formas de Expressão: manifestações artísticas em geral;

- Livro de Registro dos Lugares: mercados, feiras, santuários, praças onde são concentradas ou reproduzidas práticas culturais coletivas.

Esta é a relação de bens registrados pelo IPHAN, até o mês de dezembro de 2008:

1. Ofício das Paneleiras de Goiabeiras
2. Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi
3. Círio de Nossa Senhora de Nazaré
4. Samba de Roda do Recôncavo Baiano
5. Modo de Fazer Viola-de-Cocho
6. Ofício das Baianas de Acarajé
7. Jongo no Sudeste
8. Cachoeira de Iauaretê – Lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri
9. Feira de Caruaru
10. Frevo
11. Tambor de Crioula
12. Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo
13. Modo artesanal de fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre
14. Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira
15. O modo de fazer Renda Irlandesa produzida em Divina Pastora (SE).

No início do século XX, especialistas (arquitetos, engenheiros, arqueólogos, historiadores e outros) ficaram responsáveis por auxiliar os Estados na seleção de monumentos que deveriam ser eleitos como patrimônio, além de disponibilizar ferramentas para definir a identidade cultural das nações, principalmente as ocidentais. Para isso, aconteceu em Atenas no ano de 1931 a I Conferência Internacional para Conservação dos Momentos Históricos (em que só participaram especialistas europeus). Esta Conferência redigiu a primeira carta internacional com recomendações sobre conservação e restauração de monumentos históricos, a chamada Carta de Atenas.

As principais características da Carta de Atenas foram:

- Eleger o Estado como responsável pela salvaguarda dos monumentos;
- Aconselhar a criação de legislações visando à coletividade;
- Para restaurar, usar todos os recursos materiais e técnicas modernas, desde que se mantivessem o aspecto “antigo” do edifício.

Este é um fragmento da Carta de Atenas:

A conferência convencida de que a conservação do patrimônio e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados, guardiã da civilização, deseja que os Estados, agindo no espírito do Pacto da Sociedade das Nações, colaborem entre si, cada vez mais concretamente para favorecer a conservação dos monumentos de arte e de história. (...) (IPHAN, 2007)

A citação demonstra a consciência patrimonial da época, em que o Estado se torna o responsável por construir a identidade da nação. Ainda pode-se dizer que nesse momento histórico, início do século XX, estava ocorrendo a ascensão do sistema capitalista nas principais nações ocidentais. Mas foi quase 30 anos depois que ocorreu o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado na cidade de Veneza, em maio de 1964.

Neste encontro também foi produzida uma carta internacional que visava à conservação e restauração de monumentos e sítios, a Carta de Veneza. Esta foi redigida em outro momento histórico, a década de 60, e empregava um discurso diferenciado em relação à antiga Carta de Atenas, escrita na década de 30: não era mais o Estado que deveria se responsabilizar pela escolha e conservação dos monumentos, e sim a humanidade.

Este um trecho da Carta de Veneza:

Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade de valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade. (IPHAN, 2007)

Essa Carta de Veneza era dividida em artigos, e sua primordial contribuição foi deixar registrada que não somente grandiosos monumentos deveriam ser destacados para preservação, mas também criações modestas com significado cultural. O artigo 1º afirma que: “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico.” (IPHAN, 2007).

Houve ainda outros encontros na América. Um deles ocorreu em 1967 na cidade de Quito, de onde resultou as Normas de Quito. Nela foram realizadas indagações referentes à conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse histórico no Continente Americano.

Este documento demonstrou a preocupação por parte dos profissionais das áreas patrimoniais com o empobrecimento de vários países, os chamados subdesenvolvidos, da América Central e do Sul, e conseqüentemente, ao abandono dos seus monumentos.

Desta forma, os países considerados ricos discutiram a importância da preservação e o incentivo na busca de sítios arqueológicos referentes aos Ameríndios anteriores à colonização européia. Observem trecho desta carta de Quito:

V - Valorização Econômica dos Monumentos.

Partimos do pressuposto de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem também recursos econômicos da mesma forma que as riquezas naturais do país. Consequentemente, as medidas que levaram a sua preservação adequada utilização não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, mas fazem ou devem fazer parte deles. (IPHAN, 2007)

Sobretudo, estas normas discutiam a utilização econômica de monumentos para a própria sobrevivência dos mesmos, solução a muito empregada pelos europeus.

Memória, História e Patrimônio: Reflexões Complementares

A reflexão até aqui apresentada identifica o patrimônio como elemento fundamental para a constituição de determinada identidade, vinculado a grupos sociais que o monopolizam, articulando-o a partir de um projeto de sociedade, que necessita de vários suportes como personagens, comemorações, monumentos, objetos, iconografias e narrativas que darão base a uma interpretação inaugural, geralmente manipulatória e excludente. O discurso oficial tende a desconsiderar a diversidade de memórias, por estar pautada numa diversidade de identidades, o que pressuporia a constituição de alternativas (SILVA, 1995:65-67), numa busca de controle e manipulação da memória. Parte-se, assim, da tentativa de constituição de uma sociedade sem memória, de uma nação desenraizada, sem tradições, passível de manipulação.

Essa questão vem sendo abordada não apenas pelas ciências humanas, mas também pela literatura. Algumas obras importantes como *A Revolução dos Bichos* (1994) e *1984* (1978), de Geogre Orwell, *Admirável Mundo Novo* (1980), de Aldous Huxley, e *Fahrenheit 451* (1985), de Ray Bradbury, demonstram a tentativa de controle e manipulação pela memória, sendo este o ponto central para o domínio total dos indivíduos. A supressão da lembrança, nestes livros, é o ponto de partida para a instalação de regimes totalitários, sem referências exteriores, com a figura do Estado, das elites ou do ditador aparecendo como recurso substitutivo, como um referencial estável e original.

Em “1984”, George Orwell apresenta a manipulação da memória por meio da reescrita contínua da história, “eliminando tudo aquilo que apresente alguma discordância e incoerência quanto à imagem oficial desejada de personagens, países e quaisquer outros temas (SILVA, 1995:61)”. Este controle dava-se também pela vigilância constante dos cidadãos e pela simplificação do vocabulário, o que resultaria numa redução da capacidade reflexiva, algo semelhante ao que vem ocorrendo, atualmente, na linguagem

cibernética. Em “A revolução dos bichos”, o autor destaca a manipulação da memória pelos líderes revolucionários, ou seja, os porcos, que alteram seus documentos, seus discursos e sua história visando à consolidação de seu poder.

Já em “Admirável Mundo Novo”, o controle dá-se por outros meios: não pela relaboração constante da memória, mas pela sua eliminação. O autor nos apresenta uma sociedade extremamente hierarquizada, sem possibilidade de mobilidade social. A reprodução humana é realizada em laboratório e o envelhecimento retardado por meio de drogas. Neste contexto, não há preocupação com o passado ou com o futuro, mas apenas com o presente, tendo em vista a impossibilidade de um futuro melhor ou de um passado diferente. Em “Fahrenheit 451”, é apresentada uma sociedade em que livros foram eliminados e a função do Corpo de Bombeiros era queimar os restantes, juntamente com as casas de seus donos. Enquanto isso, a diversão era garantida pelo Estado, que oferecia à população jornais, revistas em quadrinhos e a televisão, em tamanho natural e em formato de paredes, que dialogavam com seus donos, evitando assim a solidão e a infelicidade.

Tal preocupação em relação à memória está intimamente vinculada ao debate em torno do patrimônio histórico e sua preservação. É salutar questionar quais os motivos que levam alguns prédios ou artefatos a serem considerados históricos, e assim merecedores de preservação, em detrimento de outros. Seguindo os caminhos apontados por Marcos Silva (1995), sabemos que não raro a história e, em consequência, as políticas em relação ao patrimônio, buscam garantir unanimidade, numa tentativa de construção de uma memória única e de um passado homogêneo, sem conflitos ou contradições, desconsiderando a diversidade de tradições, de manifestações culturais que poderiam ameaçar a uniformidade que garante a manutenção dos poderes (ORIÁ, 1997). Tal perspectiva leva a um processo de exclusão material e simbólica que privilegia apenas um tipo de patrimônio, impossibilitando que classes populares se identifiquem materialmente, negando-se a possibilidade de construção ou confirmação de identidades (SILVA, 1995). Faz-se assim necessário a reapropriação dos espaços e a criação de novos, entendendo que preservar deve ser diferente de congelar, levando em considera-

ção seus usos, olhares e fazeres sociais. Ou seja, deve-se garantir que os patrimônios já consolidados adquiram novos olhares, e que estes sejam respeitados e levados em consideração, além do fato de que novos patrimônios possam ser identificados. Sabemos, no entanto, da dificuldade de garantir esta diversidade de olhares e de possibilidades, por significar espaço de expressão identitária, apontando suas contradições, ou jogos de interesses e os conflitos decorrentes. Daí a necessidade de uma educação patrimonial que leve não a informação, mas à reflexão, ao questionamento, ao contraditório e que aproxime as comunidades nos processos de tomadas de decisões.

Deve-se considerar as disputas pela retomada do passado como disputas pela constituição, retomada ou consolidação de identidades, pautada também aqui na oposição tradição e modernidade, questões que marcam o debate contextual sobre a memória e o patrimônio. Neste caso, deve-se evitar que o vínculo do popular com a tradição desqualifique personagens e grupos sociais como produtores e interpretadores de memória, como agentes formadores de um imaginário coletivo sobre

o passado, levando em conta o fato de que a memória é construída a partir da contemporaneidade, pois toda lembrança pertence ao mesmo tempo ao passado e ao presente, mostrando-se pelo presente (PEREIRA, 2002). É a reposição dos produtos do passado, que sobrevivem, sendo assim condição do hoje, pois o passado só será lembrado quando possuir uma existência material, quando está inscrita, de alguma forma, no presente (GUARINELLO, 1994). Neste caso, há uma representação seletiva do passado de um indivíduo que é social, pois pertencente a uma comunidade. Entende-se que toda memória é coletiva, pois visa a continuidade e a resistência a mudanças. É um elemento de identidade, ao ser entendida como componente de coesão de grupos e instituições, sendo definidora, e também questionadora, de lugares de memória. Daí entendermos os motivos pelo qual os “donos do poder” preocupam-se tanto com o que será lembrado e o que será esquecido (PEREIRA, 2002).

A relação aqui apresentada é entre memória coletiva e história científica, inseridas nas questões vinculadas ao patrimônio. Esta relação, segundo Guarinello, pode tanto ser positiva, ao enriquecer as repre-

sentações sobre a memória, fornecendo símbolos e instrumental para a sociedade pensar-se, como negativa, quando se volta contra suas representações. A tendência é que os produtores oficiais da memória, sejam eles historiadores, arquitetos, turismólogos ou agentes culturais, neguem legitimidade aos produtores espontâneos da memória, entendendo o seu saber como único possível e verdadeiro (GUARINELLO, 1994). No entanto, apesar da ação dos detentores de poder sobre a memória, há uma dinâmica de preservação, que acaba por se refugiar em lugares quase imperceptíveis tais como gestos, saberes, hábitos, festividades, dentre outros, denominado de patrimônio imaterial (DE DECCA, 1992:130).

A memória coletiva está vinculada à permanência e à continuidade, e assim a identidade reconstrói constantemente o velho a partir de esquecimentos e revitalizações. É atual, espontânea e vivida, entendida como representação diluída do passado. A memória institucionalizada, por sua vez, está sujeita a manipulações e ideologias, correndo-se o risco de tornar-se elemento desestabilizador da memória coletiva, ao congelar a história por meio de sua oficiali-

zação e da construção de espaços de memória, como os museus e o patrimônio. Outro movimento é o fato de que muitos grupos, excluídos da representação, passam a produzir seus lugares de memória, numa resistência à massificação midiática, ao presentismo e a globalização, tornando-se assim, para muitos grupos, refúgio do popular e do tradicional. A história memória, que foi institucionalizada em nome de uma memória nacional, está sendo apropriada pelas minorias, tornando-se, para muitos, a única esperança dos grupos em manter seu elo com o passado. O perigo, no entanto, é a eliminação da espontaneidade devido à lógica preservacionista, ao estabelecer uma distinção entre especialistas preparados para decidirem o que será memorável e os demais, tidos como incompetentes para tal (DE DECCA, 1992).

Educação Patrimonial Introdução ao Conceito

A partir deste momento, após apresentar aspectos do debate que marcam a definição de Patrimônio Histórico e Cultural, será abordado, mais especificamente, o conceito de Educação Patrimonial. As idéias aqui apresentadas têm como base uma bibliografia bastante conhecida na área de educação, mas talvez distante daqueles que atuam em áreas afins. Trata-se de dois autores centrais: Moacir Gadotti e Demerval Saviani. Além disso, as reflexões aqui apresentadas partem de experiências, de trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos, e que será aqui compartilhada.

Além disso, a Educação Patrimonial é um tema em voga. Independentemente da atuação da escola, a sociedade vem desenvolvendo uma concepção própria de patrimônio, a partir de princípios nem sempre definidos e por meio de uma

diversidade de ferramentas. No que se refere à prática acadêmica e profissional, são diversos os exemplos do foco dado ao estudo e reflexão acerca do patrimônio:

1. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, importante documento que norteia a prática pedagógica de professores do ensino fundamental, há referências claras acerca da necessidade do estudo do patrimônio histórico cultural;

2. Para os profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo, é nítido a importância do estudo do Patrimônio Histórico Arquitetônico, refletindo em intervenções destes profissionais na apropriação e preservação de espaços considerados distintos arquitetonicamente. Um dos resultados desta prática é a inserção desta discussão nos planos diretores e a criação de leis de patrimônio em diversos municípios brasileiros, além de uma atuação destes profissionais junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;

3. O Turismo apropria-se do patrimônio na sua prática, sendo um dos principais elementos de definição de roteiros e investimentos na área. Neste sentido, este profis-

sional tende a preocupar-se com a questão do patrimônio histórico e cultural, indo além da arquitetura e inserindo, em suas reflexões, elementos como a cultura imaterial, festas e tradições;

4. No âmbito cultural, o patrimônio histórico e cultural tem uma importância fundamental, o que pode ser demonstrado pelo fato dos programas de incentivos à cultura, em todos os níveis, entenderem o patrimônio como campo específico. Um dos exemplos é o Programa Municipal de Incentivo à cultura - PROMIC de Londrina-PR, e o Prêmio Cultura Viva, promovida pelo Ministério da Cultura - MINC.

No que se refere à escola, destaca-se aqui duas perspectivas em relação à educação patrimonial. Com características distintas e opostas entre si, tem-se a educação tradicional, marcada por uma visão impositiva, visando atender interesses específicos, caracterizada pela universalização, integralização e unicidade do conhecimento; e a educação transformadora, de caráter libertador, visando a condição de sujeito autônomo, tendo como característica a contradição, a heterogeneidade e o conhecimento dialogado.

No que se refere à educação patrimonial tradicional, esta é caracterizada por:

- Ser universalizante e homogeneizante, partindo do princípio da existência de uma identidade e de uma memória, imposta pelos detentores do saber sistematizado e oficial;
- Ser integralizante, não havendo possibilidades de identificação de outros espaços ou manifestações. Neste sentido, o foco se dá nas edificações e manifestações de caráter público, vinculado ao Estado e aos grupos dominantes, rejeitando outras tradições ou valores;
- Propõe uma única possibilidade para o conhecimento, focando na preservação e não na apropriação e interpretação;
- É exteriora, não favorecendo uma multiplicidade de memórias, caracterizando-se como impositiva e obrigatória.

De outro lado, há a educação patrimonial transformadora, que parte dos seguintes princípios:

- A necessidade do reconhecimento de seu contexto imediato, de sua localidade, indo além do patrimônio oficial, e assim, de uma concepção tradicional de identidade nacional;
- É libertadora, ao permitir a coexistência, conflituosa ou não, de uma diversidade de manifestações e edificações, superando aquilo que tradicionalmente se convencionou a denominar de patrimônio;
- O foco na apropriação e interpretação, geralmente conflituosa, favorecendo a diversidade de possibilidade de entendimento acerca do patrimônio;
- O local como espaço do plural, do móvel, onde o indivíduo estabelece relações sociais culturais com outras localidades;
- Valorizar as narrativas capazes de articular tensões entre o universal e o singular, o local.

Partindo da concepção transformadora de educação patrimonial, admite-se a retomada de espaços arquitetônicos, sociais e de memórias, a partir de uma di-

versidade de possibilidades e de relações com outros elementos, atentando-se para as tensões das vivências e das seleções. Além disso, há a necessidade de identificar outros espaços e manifestações que dêem conta das contradições e possibilidades que permeiam o mundo contemporâneo. A educação patrimonial transformadora possui caráter político, visando a formação de pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural, deixando de ser espectador, como na proposta tradicional, para tornar-se sujeito, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões.

Diversas atividades práticas foram desenvolvidas pelos autores deste, partindo destes princípios. Dentre elas, destacamos:

- O “Curso de Capacitação para Professores do Ensino Fundamental do Município de Assaí-PR”, realizado em 2002;
- O Projeto “Histórias de Nosso Pedaço”, aprovado pelo PROMIC e desenvolvido em 2003 na região Oeste de Londrina-PR;
- O “Projeto Agente Jovem”, desen-

volvido no Bairro Ana Rosa, em Cambé-PR, nos anos de 2004 e 2005;

- O Projeto “Quem tem Medo de Quê?”, desenvolvido em Congonhinhas-PR, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina - UEL;
- O Projeto “Educação Patrimonial III”, de 2007, e o “Educação Patrimonial IV: Histórias do Nosso Pedaço” de 2008, e;
- Oficinas para educadores vinculados ao Programa Paraná Alfabetizado, intitulado “Construção da Memória da Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos no Paraná”.

Educação Patrimonial Conservadora

O quadro intitulado “A Primeira Missa do Brasil”, de Victor Meirelles, é bastante conhecido do público, estando presente na maior parte dos manuais de ensino de história comumente usados no Brasil. O quadro nos remete ao encontro entre portugueses e nativos, tendo como base

a Carta de Pero Vaz de Caminha, documento encontrado no século XIX, não muito distante da época em que Meirelles pintou seu quadro mais famoso.

Tanto o quadro quanto a carta, são considerados monumentos, patrimônios nacionais, e nos apresentam uma leitura, ou uma visão, da fundação do Brasil. Nota-se uma concepção de superioridade dos portugueses, em especial no que se refere à sua religiosidade. Perceba que os nativos e os europeus aparecem separados, e que a cruz está no centro. Os nativos confundem-se com a selva, enquanto suas expressões indicam um misto de surpresa e reverência.

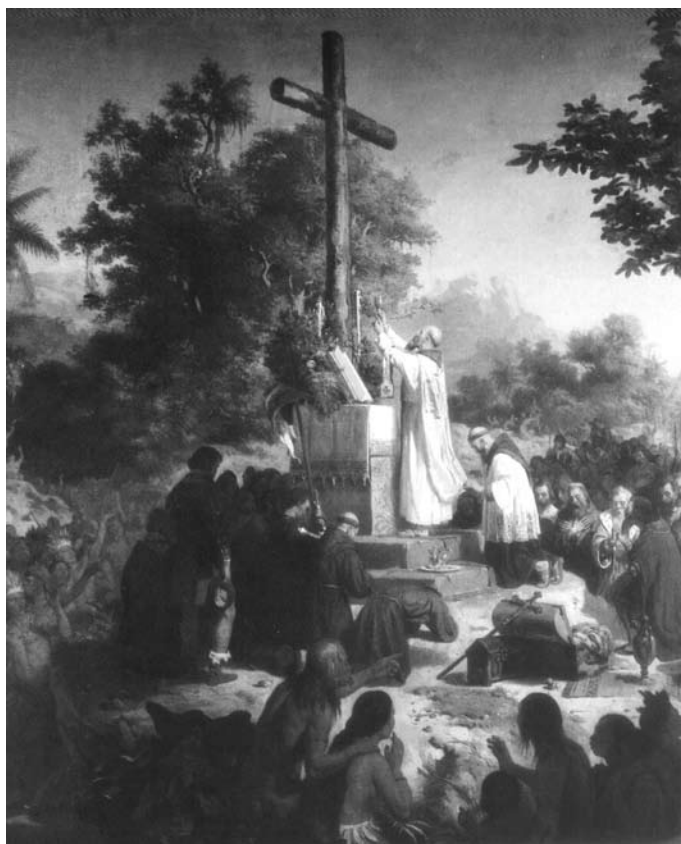


Fig.25 > Detalhe da Primeira missa no Brasil, 1860 de Victor Meirelles
Óleo sobre tela, 268 x 356 cm
Museu Nacional de Belas Artes – Rio de Janeiro

Veja agora a seguinte imagem:



Fig.26 > Detalhe - Desembarque de Cabral em Porto Seguro, 1922
de Oscar Pereira da Silva.
Óleo sobre tela 190 X 333 cm
Museu Paulista de São Paulo – São Paulo

Este quadro, intitulado “Desembarque de Cabral em Porto Seguro”, de Oscar Pereira da Silva, Exposto no Museu Paulista, também representa o encontro entre portugueses e nativos americanos, e também é considerado um patrimônio cultural brasileiro. Aqui é apresentada uma distinção entre civilização (portugueses) e barbárie, ou natureza (nativos). Veja como a praia aparece como limite entre as duas realidades, que estão prestes a se encontrar.

Estes são exemplos de uma Educação Patrimonial Conservadora, indicando a superioridade de um povo ou uma nação, os portugueses, e de uma religião, o catolicismo.

Mas, afinal, o que caracteriza a Educação Patrimonial Conservadora?

Como dito anteriormente, podemos defini-la como:

- Universalizante e homogeneizante: pressupõe uma identidade e uma memória, imposta pelos detentores do saber sistematizado e oficial;
- É integralizante: não há possibilidades de identificação de outros espaços ou manifestações;
- Está focada em um caráter público

do patrimônio, vinculado ao Estado e aos grupos dominantes;

- Tende a rejeitar outras tradições ou valores.
- Propõe uma única possibilidade para o conhecimento, com foco na preservação e não na apropriação e interpretação;
- É exteriora, ou seja, não favorece multiplicidade de memórias, sendo assim;
- Impositiva e obrigatória.

É o caso dos quadros apresentados acima: é universalizante, pois apresentam uma versão do encontro, sem apresentar os conflitos e as contradições inerentes a este momento histórico; é integralizante, pois não permite a identificação de outras versões, que não a tida como “oficial”, e assim, “verdadeira”. Desta forma, acaba por rejeitar outras possibilidades, outras versões, tradições ou valores. Neste caso, acaba por apresentar-se exteriora a grande parte da população, que não se identifica como parte do processo apresentado, na medida em que não se coloca a possibilidade de leituras e interpretações, indicando a existência

de apenas uma possibilidade interpretativa, que leva a um discurso voltado para a preservação e não para a apropriação.

Esta perspectiva pode ser superada a medida que as críticas a este modelo interpretativo começam a ser feitas e que outros olhares, leituras e possibilidades começam a ser considerados.

Um dos casos que mais chamam atenção neste processo de construção de um patrimônio nacional é Minas Gerais. Vamos retomar o que foi dito anteriormente: Minas Gerais é considerado como representativo de uma memória nacional, marcada pela riqueza e garantindo uma continuidade colonial, porém, com viés republicano. Há um processo de construção (ou de invenção) da cidade como símbolo histórico, pois, enquanto o nordeste representava a riqueza e a grandeza colonial, o sudeste representava o poder e a riqueza republicana, sendo assim fundamental a eleição de uma cidade da região para ser considerada um patrimônio nacional.

Além do nordeste e do sudeste, encontramos na região sul do Brasil uma série de cidades que poderiam ser consideradas “históricas”, por preservar características

de um passado colonial. Porém, estas não possuem o mesmo valor na constituição de uma identidade nacional, ficando em segundo plano nas discussões em torno do Patrimônio Histórico e nas Rotas Turísticas. Além disso, a região sul em diversos momentos representara uma ameaça para a unidade nacional, como nos casos da Guerra dos Farrapos, no século XIX, e da Revolução Federalista, já na república, o que ajuda a entender o motivo de que, mesmo com a ascensão de um Presidente Gaúcho, no caso Getúlio Vargas, os olhares continuarem voltados para o sudeste.

No caso das cidades do sul do Brasil, os elementos de memória continuam ser os que representam as elites locais, como casarios, casarões, igrejas e fortes. Ou seja, apesar de ocuparem um lugar secundário na construção da memória nacional, têm papel central quando se trata do fortalecimento de uma identidade local ou regional, estando ainda vinculados a uma perspectiva tradicional em relação ao patrimônio.

Como visto, a questão do patrimônio como elemento que representa a unidade da nação e o ocultar de conflitos, ganha importância no Estado Novo,

quando Ouro Preto passa a ser considerada monumento nacional. Como já visto, em 1937 é criado o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, que define Patrimônio Histórico como:

(...) conjunto de bens móveis e imóveis
(...) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Este é o momento de afirmação do Estado em detrimento do federalismo, quando se reforça os cultos dos símbolos nacionais, com as Escolas de Samba sendo obrigadas a tratarem de temas nacionais e quando Ary Barroso torna-se um dos mais importantes compositores brasileiros, com músicas que visavam exaltar não apenas da natureza, mas do povo brasileiro.

Levando em consideração que a sociedade brasileira é marcada por uma diversidade social, cultural e étnica, que pressupõe histórias, memórias, olhares e assim, patrimônios, como podemos pensar em uma perspectiva única e elitista em relação ao patrimônio? Daí o princípio de que a educação patrimonial deva partir dos

interesses da população, e não de apenas uma parcela dela, sendo assim necessário considerar a diversidade de possibilidades, interesses, memórias e identidades.

A Diversidade e a Localidade como Bases da Educação Patrimonial

A proposta que será aqui apresentada, amadurecida no decorrer dos anos, parte da comunidade, do local, como melhor meio para garantir o respeito à diversidade. Em uma sociedade como a atual, pautada na globalização e na integração, é importante valorizar o que está próximo, para que assim possamos também valorizar o que é universal.

Ao partir da comunidade, alguns questionamentos devem ser feitos:

- Como a população, vinculada a uma certa comunidade, relaciona-se com seu patrimônio histórico e cultural, levando em consideração o

fato de que esta comunidade não é única nem homogênea?

- Como pensar o patrimônio a partir da perspectiva que, também as comunidades, não estão livres das tensões e conflitos inerentes a própria concepção de patrimônio?
- Como manter vivo uso e costumes, a partir de suas transformações e contradições?

Não são respostas fáceis de serem dadas, mas são preocupações que devem estar presentes quando atua-se no âmbito da educação patrimonial.

De início, é possível identificar alguns desafios enfrentados pelas comunidades, no que se refere ao estudo do patrimônio histórico e cultural, ou seja, como se dá (ARANTES, 2004, p.18):

- O controle das formas costumeiras de transmissão/aquisição de conhecimento;
- O controle das mudanças provocadas pelas políticas que afetam as diversas esferas da vida social e que tem consequências sobre o patrimônio;

- A participação ativa nos inventários, formação de acervos e registros e;
- A conservação das condições materiais e ambientais de reprodução e desenvolvimento de seu patrimônio, frente às demandas externas.

Um dos desafios é possibilitar que as comunidades mantenham vivo os usos e costumes, assim como suas transformações e contradições sociais. Daí a necessidade de, em conjunto com a comunidade, buscar responder mais algumas perguntas, tais como: o que é realmente fundamental, que mereça ser preservado? Como a comunidade se relaciona com um bem preservado?

Um exemplo de como estas questões são respondidas e o perigo de apropriação de um grupo social em relação a um espaço de memória é o Museu de Arte de Londrina - MAL. Este museu pode ser considerado um lugar importante de socialização, que envolveu toda a comunidade londrinense. Antes de tornar-se museu, foi uma rodoviária, projetada por Vila Nova Artigas e tida como marco da modernidade londrinense, no auge da produção

cafeeira. O museu, juntamente com a praça logo a frente, a “Praça Rocha Pombo”, foram tombados em 1974 pela Coordenação do Patrimônio da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

No entanto, ao ser tombado, a sociabilidade que envolvia o espaço não foi preservada, fora ignorada e esquecida. Manteve-se a lembrança do progresso, da modernidade representada por Artigas, da riqueza, do café, esquecendo-se das pessoas, das vivências. Esqueceu-se inclusive do motivo da transferência da rodoviária, ou seja, dos elementos de transformação que marcam a preservação e a tradição deste espaço. Manteve-se o monumento, mas apagaram-se as memórias e as vivências, sob risco de tornar-se um prédio fantasma. Vale ressaltar o esforço da atual direção do museu em torná-lo mais próximo ao público, desenvolvendo atividades como a Festa Nordestina. Porém, a identidade com os usuários do prédio, na época da rodoviária, está se perdendo.

Outro Exemplo é o Museu Paulista (Museu do Ipiranga) e a Criação da Rota do Ipiranga. A constituição do Museu do Ipiranga deve ser entendida a partir das

comemorações do centenário da independência. Visando consolidar seu papel enquanto elite nacional, a elite paulistana aproveitou-se dos benefícios simbólicos do centenário da independência e vinculou-o ao projeto hegemônico da República Velha Paulista, aproximando-se da imagem da independência e de D. Pedro I (ALMEIDA, VASCONCELLOS, 1997, p. 106).

Neste caso, a independência é retratada não como uma apologia à monarquia, mas do nascimento da nação e do Estado Nacional, ocorrida no mais republicano do Estado Brasileiro: São Paulo. Neste sentido, o museu apresenta não a independência, mas seu simulacro: o imaginário da elite paulista do início do século XX. Este é também o caso do quadro Independência ou Morte, de 1888, que completa o imaginário da independência, no limiar da república.

Pode ser citado ainda como exemplo, o Museu da Inconfidência. Projeto de porte grandioso, visava trazer de volta para o Brasil os restos mortais dos mártires da inconfidência no degredo da África:

As urnas fúnebres, ao chegarem, depois de uma passagem pela Capital da República, (...) Em 1938, esvaziada a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica, que àquela altura se achava convertida em penitenciária, o governo federal a reivindicou para nela localizar o Panteão dos Inconfidentes. O interesse de Getúlio Vargas no assunto era de tal ordem que uma composição da Estrada de Ferro Centra do Brasil esteve meses a fio, por conta do transporte de ida e volta das lajes de itacolomito - um arenito originário da região - que iam para ser trabalhadas e gravadas no Rio de Janeiro (MOURÃO, 1994).

Os inconfidentes receberam assim seu Panteão completo com um museu totalmente reformado que foi solenemente inaugurado em 1942 e aberto ao público somente em 11 de agosto de 1944.

Estes exemplos demonstram como espaços tidos como coletivos e que detêm uma diversidade de possibilidades de interpretações e vivências, são apropriados por grupos que lhe dão um sentido único, geralmente excludente.

Daí a importância da educação patrimonial e de formar pessoas capazes de (re) conhecer sua própria história cultural. Com isso, o sujeito deixa de ser espectador, valorizando a busca de novos saberes e conhecimentos, provocando conflitos de versões. Para tanto, é fundamental que iniciemos

a reflexão do patrimônio a partir do reconhecimento de seu contexto imediato, indo além do patrimônio oficial como identidade nacional. Faz-se importante partirmos da localidade, pois as pessoas “mantêm, em seu cotidiano, estreitas e complexas relações sociais e culturais” com outras localidades, além de possuir peculiaridades (MORAES, 2005, p.01).

Desta forma, o local passa a ser entendido como espaço do plural, do móvel. O conceito de patrimônio deve ser capaz de articular tensões entre o universal e o singular, o local (CHAGAS, 2006, p.01). Neste sentido, posso e devo retomar os espaços arquitetônicos, sociais e de memórias, como os aqui apontados, desde que se façam relações com outros elementos e que se chame atenção para as tensões das vivências e das seleções.

As tensões e seleções, assim como o consenso, são elementos inerentes ao patrimônio, que não podem ser ignorados por aqueles que trabalham com educação patrimonial, pois preservação e representação estão vinculados a interesses de grupos, sendo assim necessário disputar o patrimônio, o que pressupõe um duplo caminho (SOARES, 2003, p.24):

- Re-significar o patrimônio oficial;
- Eleger novos patrimônios, valorizando e incentivando novas alternativas.

Para que haja preservação, faz-se necessário a interação, que leva a valorização de sua herança cultural e a produção de novos valores e conhecimentos. Faz-se necessário entender também que há uma diversidade de modos de apropriação do espaço, da comunidade e da cidade, gerando uma cidade como guerra de relatos, de interpretações, com cada grupo possuindo seu próprio mapa cultural. Nossa proposta, no entanto, é que a educação patrimonial tenha início com o estudo da realidade familiar/comunitária, pois a maior parte dos jovens não situa sua identidade cultural no patrimônio público (CERQUEIRA, 2005, p. 94-98).

Trata-se, portanto, de levar para dentro da escola suas gentes, seu entorno, seu cotidiano e de tirar os alunos de seu limite espaço-temporal, oferecendo vivências em praças, conversas com pedestres, formando um olhar perscrutador para o dia a dia que movimenta a cidade (PARK, 2004, p. 21).

Assim, um passeio pelo bairro seria mais que um passeio, mas uma forma de reconhecer as pessoas como sujeito, com o bairro sendo entendido como o primeiro espaço de apropriação da vida cotidiana/pública. Há, no entanto, um alerta: a família, o bairro, deve ser o ponto de partida, mas não o de chegada. Veja alguns exemplos:

Em projeto desenvolvido na zona Oeste do município de Londrina-PR, no ano de 2003, intitulado “Projeto Centro de Documentação e Pesquisa da Cirianda”, com patrocínio do Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PROMIC, foi realizado um levantamento das personalidades e lugares considerados importantes para a comunidade.

Após a definição, promoveu-se um passeio pelo bairro, para reconhecimento destes espaços. Com as fotos tiradas durante o passeio, montou-se uma exposição de painéis. Além disso, foram realizadas entrevistas com as personalidades escolhidas, resultando na montagem de uma exposição e do seguinte calendário mostrado na página seguinte:

É interessante ressaltar a história que perpassa a confecção do calendário e a escolha das fotos:

- A primeira idéia era confeccionar um calendário de mesa. Porém, um jovem morador do bairro argumentou que, na casa dos pais e dos avós, todos usavam calendário na parede. Optou-se então pelo calendário de parede, ficando um constrangimento para os intelectuais que estavam à frente do projeto;

- Visando contemplar os participantes do projeto, e não apenas os proponentes, optou-se por mencionar o nome de todos ao redor do calendário, sugestão dada também por um jovem morador;

- A primeira foto do calendário foi escolhida devido a um evento que ocorrera no bairro Campos Verdes, situado no município de Cambé-PR: conta-se que ali ocorreu uma Ventania, e que Seu Espedito fora um dos poucos que resistiram a ela. A ventania fora uma invasão por parte de traficantes da região, que expulsaram os moradores do bairro, mas não Seu Espedito, que se negou a sair e, quando a ventania passou, ou seja, quando os traficantes foram presos ou (também) expulsos pela polícia, foi tido como herói pela comunidade;

- A segunda foto, de Dona Sebastiana, uma dona de casa e líder comunitária, moradora do Bairro Avelino Vieira, de Londrina-PR, representa a luta da mulher trabalhadora, que vive batalhas diárias para sustentar sua família. Foi tida como um exemplo pelos moradores, o que justificou sua escolha.

Um outro caso foi o projeto desenvolvido no Município de Cambé-PR, no Bairro Ana Rosa, nos anos de 2005 e 2006, intitulado Projeto Agente Jovem, mantido com recursos do Governo Federal. Neste foi realizado, como no anterior, um mapeamento dos lugares considerados importantes no bairro; o reconhecimento destes lugares, a partir de roteiros; tirado fotos e realizado a identificação das mesmas. O interessante de se destacar neste projeto é o fato de que, a princípio, os participantes afirmarem que ali não havia nada de importante que pudesse, ou merecesse, ser lembrado ou preservado. No entanto, ao final das oficinas, foram tantos os espaços selecionados que foi necessário montar três roteiros, sendo eles:

Roteiro 01

1. Casa Comunitária;
2. Escola Municipal Lourdes Gobi;
3. Quadra Poliesportiva;
4. Creche;
5. Mata Peroba Rosa (bacia);
6. Ponte;
7. Igreja Adventista;
8. Igrejinha.

Roteiro 02

1. Redondo (Ginásio);
2. Colégio Antônio Raminelli;
3. Pré-Escola;
4. Campão;
5. Praça;
6. Escola / Quadra Esportiva.

Roteiro 03

1. Fazenda Raminelli

Uma história interessante que marcou este projeto foi a identificação de um lugar, que não existe mais, como um “patrimônio histórico”: o redondo. O redondo é uma grande rotatória localizada na avenida principal do bairro. Esta rotatória servia de espaço de vivências para os jovens, realizando ali encontros, geralmente com músicas. A avenida, onde se localiza o redondo, é um lugar de comércio, sen-

do que, segundo a fala dos participantes do projeto, estes comerciantes não gostavam da presença dos jovens no local. Visando atender uma necessidade local, a prefeitura construiu um ginásio no redondo, o que causou certa revolta e descontentamento por parte dos jovens do bairro, que se sentiram expropriado de um lugar de convivência.

Nestes casos, e outros muitos desenvolvidos pelo Brasil afora, a educação patrimonial aparece como instrumento que garante o direito à memória e a cidadania, podendo provocar reações positivas ou gerar conflito. Tem como elementos de aproximação, dentre outros, a percepção de que a educação patrimonial deve:

- Ser entendida como instrumento de afirmação da cidadania;
- Envolver a comunidade, levando a apropriar-se e usufruir do patrimônio;
- Preparar o indivíduo para a leitura e compreensão do universo sócio-cultural que está inserido;
- Produzir novos conhecimentos, possibilitando um enriquecimento individual, coletivo e institucional;
- Tornar acessível instrumentos para

leitura crítica dos bens culturais em suas múltiplas manifestações;

- Fortalecer a identidade cultural;
- Entender a cultura brasileira como múltipla e plural e;
- Estimular o diálogo com órgãos responsáveis.

Deve ainda, segundo Cerqueira (2005, p. 100):

- Sensibilizar a comunidade para a importância de sua memória e;
- Possibilitar uma reflexão sobre as memórias dos diferentes grupos sociais, levando-o a perceber que o patrimônio não é o belo ou o excepcional, mas as formas de expressão/manifestação/fazer que simbolizam a memória coletiva.

A palavra chave é identidade e identificação, pois só haverá envolvimento e comprometimento com o patrimônio quando houver identificação. Nos casos aqui apontados, há uma opção por uma Educação Patrimonial Progressista, que pressupõe que:

- A identificação não deve ser forçada;

- Se deve questionar se a população conhece / reconhece o patrimônio;
- Incorporar, por meios impositivos, o patrimônio na identidade local não é educação patrimonial;
- Não há imposição de memórias, percepções ou consciência;
- Há necessidade de considerar os conflitos de memória: não há somatória, mas contradição;
- Há necessidade de considerar o ocultamente e a tendência a unicidade.

Com isto, tem-se uma educação que possibilita a constituição de uma democracia efetiva, aquilo que Leonardo Boff chama de Democracia Integral: “Esta democracia é composta de cidadãos-sujeitos e não de massas de votantes, destituídos, sem consciência, sem memória, sem projeto e incapazes de assumir sua autodeterminação (BOFF, 2000, p.80)”.

Segundo Boff, esta democracia só é possível quando aliada a uma educação que educa o sujeito para o exercício de seus plenos poderes, a partir de sua prática e do reconhecimento de sua realidade, sendo este o caminho aqui adotado quando se trata de educação patrimonial.

Educação Patrimonial

Histórias do Nosso

Pedaço - Uma proposta

Metodológica

Após apresentar a concepção aqui adotada acerca dos conceitos de Patrimônio Histórico e Cultural e de Educação Patrimonial, será relatada a partir da experiência adquirida nos projetos “Educação Patrimonial III e IV”, uma metodologia de trabalho. Apesar do grupo refletir sobre o tema a pelo menos cinco anos, foram nos dois últimos que a proposta foi aprofundada e amadurecida, a partir de atividades desenvolvidas em oficinas destinadas a alunos de três escolas públicas da cidade de Londrina, em 2007, e duas em 2008.

O objetivo das oficinas foi possibilitar uma reflexão efetiva sobre o significado do patrimônio histórico e cultural, a partir de uma proposta de trabalho vinculado à educação patrimonial. Acima de tudo, o trabalho desenvolvido nas oficinas partiu do princípio

de que a educação patrimonial deve servir de instrumento que garanta o direito à memória e à cidadania, e assim, envolver a comunidade, levando-a a apropriar-se e usufruir do patrimônio. Partindo deste princípio, buscou-se:

1. valorizar a leitura e compreensão do universo sócio-cultural em que está inserido;
2. possibilitar a produção de novos conhecimentos, levando a um enriquecimento individual, coletivo e institucional.

A proposta é que a metodologia aqui apresentada esteja sempre em construção. Ao pensar as atividades a serem desenvolvidas, entende-se que todo o trabalho deva ser organizado a partir de três etapas, não necessariamente subsequentes, podendo ocorrer de modo simultâneo, dependendo da temática abordada:

Etapas 01 - Sensibilização /Debate Conceitual

**Etapas 02 - Busca de Informações
(Organização e Registro,
Interpretação/Exploração)**

**Etapas 03 - Materialização/Produção do
Conhecimento**

A partir destas etapas, desenvolveu-se um cronograma de atividades que se redividiu, por sua vez, em cinco fases, sendo elas:

1ª. Fase - EU	2ª. Fase - Herói	3ª. Fase Patrimônio Imaterial (Brincadeiras e o Medo)	4ª. Fase Patrimônio Material
Atividade do Espelho;	O que significa ser herói?	Apresentar quadros de Portinari;	Apresentar quadros de Monet e Van Gogh;
Quem sou eu? (Desenho);	Desenhar o herói. Características;	Entrevistas com os familiares: brincadeiras de sua época;	Fazer reprodução dos quadros (desenhar);
Memória: brincadeira do “telefone sem fio” e “uma coisa lembra o que”;	Três tipos de heróis: herói do cotidiano, herói pioneiro e herói comunitário;	Alunos: brincadeiras atuais;	Música Saudosa Maloca. Análise da música. Existem lugares assim?
Memória mais antiga. Lembrança boa e ruim;	Redação: história de um herói;	Brincar;	Redação/desenho: lugares que não existem mais;
Clips do CD “Palavras Cantadas”, e;	Em grupo: quem são estas pessoas? Por quê são consideradas heróis?	Leitura de livros de “medo”, selecionados na biblioteca da escola;	Escolha dos lugares importantes para se conhecer no bairro; desenhar roteiro (mapa mental);
Auto-Retrato: Quadros de Frida e Van Gogh.	Plenária: escolher os heróis;	Histórias de medo da família;	Passeio;
	Atividade para casa: entrevista com familiares (origem, trabalho, brincadeiras). Trazer fotos;	O aluno tem medo de quê?	Análise das fotografias tiradas durante o passeio;
	Entrevista com os Heróis, e painel com as fotos		Avaliação do passeio;
			Apresentar “Patrimônio da Cidade”;
			O que é? Para que serve? Você conhece?

A “Quinta Fase” foi a montagem de uma exposição na escola, com toda produção realizada pelos alunos.

Aprofundando o Método: Descrição das Fases

A partir de agora, será apresentado como estas atividades foram desenvolvidas. Mas antes, vale a pena uma olhada no poema abaixo, de Pedro Bandeira:

Identidade

De Pedro Bandeira

*Às vezes nem eu mesmo
sei quem sou.
Às vezes sou
“o meu queridinho”.
Às vezes sou malcriado.
Para mim
tem vezes que eu sou rei,
herói voador,
caubói lutador,
jogador campeão.
Às vezes sou pulga,
sou mosca também,
que voa e se esconde
de medo e vergonha.
Às vezes eu sou Hércules,
Sansão vencedor,
peito de aço,
goleador.
Mas que importa
O que pensam de mim?
Eu sou eu,
sou assim,
sou menino.*

A primeira Fase

A primeira fase das atividades foi o trabalho com o EU, visando especialmente valorizar a formação da identidade e o entendimento do aluno como sujeito histórico e social. Percebeu-se, especialmente em alguns bairros, que as crianças tinham um problema com a auto-estima, com uma tendência em valorizar o outro, o que está fora, e desqualificar aquilo que fazia parte de seu cotidiano. Percebeu-se que esta era uma questão importante, que deveria ser trabalhada.

A atividade do espelho foi uma das pensadas para retratar o EU, sujeito histórico e social. Para sua realização, foi preparada uma caixa de sapato com um espelho ao fundo. A sala foi organizada em semicírculo. Para introduzir a atividade, foi informado aos alunos que no interior da caixa havia o retrato de uma personalidade, uma pessoa importante, que todos conheciam e que, ao olhar o retrato, cada um deveria identificar três qualidades.

Como resultado, tivemos alunos tímidos, constrangidos, com ataque de riso e, em geral, com dificuldades de encontrar qualidades próprias. Após a atividade do espelho, apresentamos as seguintes reproduções para os alunos:

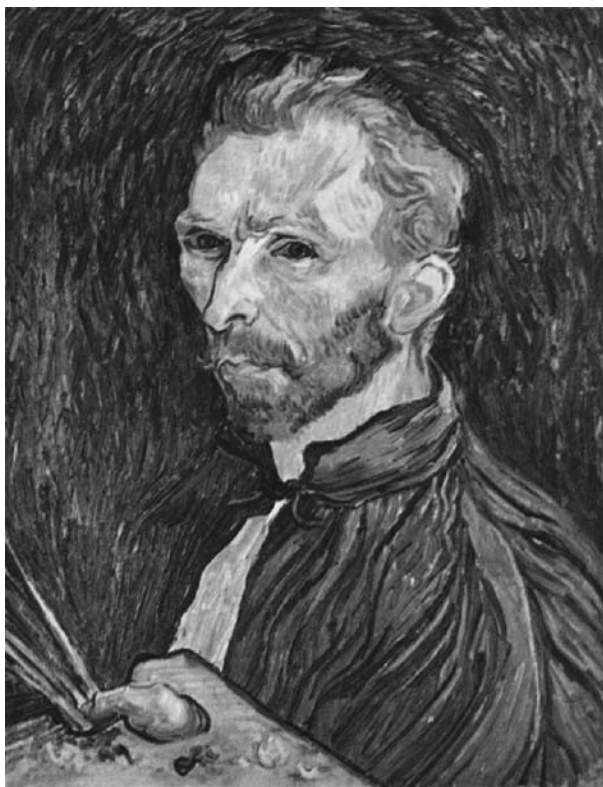


Fig.28 > Auto-retrato, 1889 de Vincent Willem Van Gogh
Óleo sobre tela, 57 x 43,5 cm
National Gallery of Art, Washington D.C. – EUA

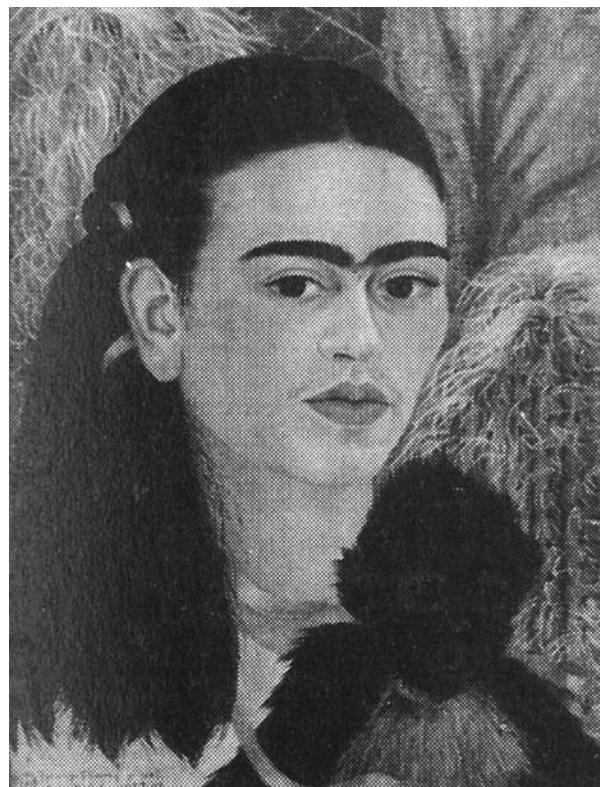


Fig.29 > Fulang-Chang e Eu (parte 1), 1937 de Frida Kahlo
Óleo sobre prancha de madeira, 40 x 28 cm.
Coleção Museum of Modern Art, Nova York – EUA

Os auto-retratos de Van Gogh e Frida tiveram como objetivo chamar a atenção para o olhar que estes famosos artistas plásticos têm de si mesmos para que, em seguida, os alunos façam seu próprio auto-retrato.

O próximo passo foi trabalhar com a identidade familiar. Para tanto, foram utilizadas duas músicas que trazem a tona a reflexão sobre quem somos a partir da história de nossa família: “EU”, de Paulo Tatit, e “Na Casa da Vovó Bisa”, de Gabriel, o Pensador. Estas músicas permitem o entendimento da importância da família para a formação da identidade individual, para a constituição daquilo que somos. Além disso, favorece o respeito à tradição, as experiências e as histórias familiares.

A partir daí, trabalhou-se com a casa, o lugar em que eu moro e que possui referências, lembranças e histórias que devem ser valorizadas. Uma atividade importante foi a apresentação da reprodução do quadro de Van Gogh, “O Quarto”. A partir da análise do quadro, os alunos foram motivados a reproduzir, cada qual, o seu próprio quarto:

Como fechamento e visando introduzir o conceito de memória, foi realizada a brincadeira do “telefone sem fio” e “uma coisa lembra o quê?”.

Fig.30 > O quarto em Arles, 1889
de Vincent Willem Van Gogh
Óleo sobre tela, 57,5 x 74 cm
Musee d’Orsay, Paris – França





A segunda Fase

A próxima fase do trabalho foi a discussão do conceito de herói. Partiu-se do entendimento de que o herói é um elemento importante para a constituição identitária de um grupo, não devendo ser ignorado pelos pesquisadores e estudiosos do patrimônio. Deve-se, antes de mais nada, questionar o significado do herói e o impacto deste para a memória coletiva. Não significa aqui ignorar as manipulações e imposições, mas antes trabalhar a partir destes elementos, visando entender o que significa este conceito para os alunos e para a comunidade.

Optou-se por três tipos de heróis: o herói do cotidiano, ou seja, aquele que deve ser valorizado devido ao seu dia a dia, pela superação das dificuldades e pelo papel social que ocupa, seja no trabalho, na comunidade ou em sua família; o herói comunitário, aquele que de alguma forma auxilia na resolução das

demandas do bairro. O herói comunitário nem sempre é declarado como tal, podendo ser a enfermeira do posto de saúde, a professora, o padre/pastor, ou mesmo o presidente do bairro; e o herói pioneiro.

O conceito do “pioneiro” foi fundamental na construção de uma identidade londrinense marcada pelo sucesso dos empreendedores que “fundaram” a cidade, estando intimamente vinculada à Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP, empresa que atuou na colonização da região onde hoje está situada a cidade, e a plantação e exportação de café. Atualmente, grande parte dos espaços arquitetônicos tidos como parte do patrimônio histórico e cultural da cidade está vinculada à história do grupo de personalidades denominada de pioneiros. Tendo em vista esta característica especificada da cidade, entendeu-se a importância de ser relativizar este conceito, aproximando da realidade das comunidades, a partir do entendimento de que no bairro também há pioneiros, ou seja, aqueles que chegaram antes e auxiliaram na construção do que somos hoje e que conhecem, como ninguém, as histórias da localidade.

Ao final das discussões, pretende-se que as crianças entendam que elas próprias podem ser consideradas como heróis, relativizando o caráter de excepcionalidade que perpassa o conceito.

Na primeira atividade desta fase, foi solicitado aos alunos que desenhasssem um herói e identificassem os elementos que o caracterizam como tal. No processo de escolha, o aluno está livre, pois o mais importante não é a identificação de quem é o herói, nem mesmo o desenho que se faz dele, apesar destes elementos nos auxiliarem a entender a percepção que se tem sobre o tema, mas as características apontadas, ou seja, do que significa ser herói.

Logo em seguida, realiza-se uma discussão conceitual para então tratarmos dos três tipos de heróis, como apresentado acima. Para estas atividades, utilizamos o seguinte formulário:

Os três tipos de Heróis - (Atividade)					
01 Desenhe um Herói		02 Explique: Por que ele é um Herói pra você?			
03 Relacione					
1. Aquele que busca soluções para os problemas da comunidade; 2. Aquele que chegou primeiro, e que ajudou na construção da comunidade; 3. Aquele que se esforça no seu dia a dia, para garantir a sua felicidade, dos familiares e dos amigos				(...) Herói do Cotidiano (...) Herói Comunitário (...) Herói Pioneiro	
04 Você conhece?					
Um Herói do Cotidiano?		Um Herói Comunitário?		Um Herói Pioneiro?	
(...) SIM	(...) NÃO	(...) SIM	(...) NÃO	(...) SIM	(...) NÃO
- Quem é ele? - Por que ele pode ser considerado um Herói do Cotidiano?		- Quem é ele? - Por que ele pode ser considerado um Herói Comunitário?		- Quem é ele? - Por que ele pode ser considerado um Herói Pioneiro?	

Na atividade da escolha do herói e definição de suas características, veja os resultados obtidos em três das cinco escolas trabalhadas:

Escola 01	
Tipo de Herói: Super Herói	Tipo de Herói: Pais Super Heróis
Quantidade: 21	Quantidade: 05
Características: super poderes (sobe nas paredes, é muito forte, voa, tem raio laser); salva as pessoas, defende as pessoas, derrota o mal, é legal, é forte, pode fazer o que nenhum outro pode fazer; salva a cidade e bate no inimigo; é sério.	Características: nos fortalece para crescermos saudáveis; nos leva ao médico quando estamos doentes; nos livra do mal; são legais e atenciosos; ensinam coisas boas; estão presentes o tempo todo; (pai) é trabalhador, inteligente e tira as dúvidas.
Outros Heróis	
Padre	Característica: abençoa e batiza as pessoas.
Professor	Característica: ensina e ajuda os alunos.
Cachorro	Característica: atacou o bandido quando estavam sendo assaltados.

Escola 02

Outros Heróis

Pai Herói	Características: - ajudou numa queda de bicicleta. - trabalha fora e não tem folga.
Mãe	Características: - levanta cedo para trabalhar e pai ajuda nas atividades da casa. - leva os filhos para casa da tia e escola e depois vai trabalhar de diarista. - trabalha de diarista durante a semana e no domingo acorda cedo para limpar a própria casa. - trabalha fora e não tem folga.
Herói do cotidiano	Características: - aquele que luta no seu dia a dia. - pessoa que ajuda os que têm fome. - pessoa que mesmo machucada e fraca, levou outros que estavam doentes ao hospital.
Tios, avós, trabalhadores	Características: Histórias se repetem.

Escola 03

Tipo de Herói: Super Herói	Tipo de Herói: Parentes - (tio, pai, avô, irmã)
Quantidade: 17	Quantidade: 16
Características: salva a comunidade, salva a vida das pessoas, é legal, é bom, é forte.	Características: leva ao médico quando precisa; dá carinho, protege, ajuda em casa, protege do mal; dá educação e alimento, estão sempre juntos, faz tudo para mim.
Outros Heróis	
Deus (Qtde: não definida)	Característica: não definida
Bombeiro (Qtde: 02)	Característica: não definida

Após a atividade do desenho, foi solicitado aos alunos para que relatassem histórias desses heróis. Segue algumas das histórias apresentadas:

- Deus: um dia um ladrão entrou na igreja e atirou no pastor duas vezes, mas não saiu bala;
- Seu João, dono do supermercado local, levou dois tiros na cabeça de um motoqueiro. Seu João era uma pessoa boa e alegre, conhecia e brincava com todos;
- dono da mercearia, que vendia pão e doces baratos. Foram expulsos do bairro e a mercearia tem outro dono, que vende as coisas mais caras;
- dono da mercearia ajudou outra família do bairro;
- professora: ensina a ler e a escrever, além de tirar dúvidas dos alunos;
- dono do mercado, que foi morto. Era um homem bom e amigo do pai do aluno;
- dono do mercado (João) ajudava a todos, antes de morrer. Não merecia morrer do jeito que morreu;
- Seu João, morto por um homem

de moto que depois voltou, sem capacete;

- Seu João, morto com dois tiros na cabeça e um no coração. As filhas deixaram o mercado e foram embora. O velório foi na frente do mercado;
- Mario, vendedor de vassouras: mulher quis trocar uma vassoura, e o Mário não quis. A mulher chamou os ladrões que bateram nele. O filho do Mário quebrou a perna na ocasião. Mas ambos conseguiram fugir;
- Cachorro: salvou aluna de ser atropelada quando era bebê;
- João do mercado, que morreu assassinado. Ele foi vítima de roubo no mercado e outra vítima chamou a polícia. Os ladrões pensaram que foi o João e o mataram. Sua família vendeu o mercado e foi embora;
- João do mercado: roubaram a moto da filha dele e ele sabia quem era o assaltante, e foi atrás. Os bandidos disseram para ele não dar parte na polícia, mas ele deu. E os ladrões o assassinaram.

Este exemplo é o de uma escola, onde encontramos uma característica particular e interessante: as diversas versões para uma mesma história, ou seja, a do João do Mercado, líder comunitário que foi brutalmente assassinado em frente de seu estabelecimento comercial e que marcou a memória de seus moradores.

Outra atividade realizada foi o convite aos heróis escolhidos pelos alunos para que fizessem uma visita à escola e contasse um pouco de suas histórias. Partiu-se aqui da identificação dos três tipos de heróis, sendo que cada sala só poderia escolher um por “categoria”. O objetivo era trabalhar com um dos elementos do patrimônio, que é o processo de escolha, o que sempre pressupõe conflitos, diálogos e a busca do consenso.

A terceira Fase

A próxima fase do trabalho foi a apresentação de discussões em torno do tema patrimônio imaterial, ou seja, daquilo que é intangível, não concreto, mas importante para a formação da identidade do aluno. Dividimos este trabalho em duas etapas:

- Na primeira etapa, foram abordadas as brincadeiras vivenciadas pelas crianças e também pelos seus familiares (pais, avós, tios, vizinhos);
- Na segunda tratou-se das histórias de medo, às vezes histórias fantásticas, outras não. Também aqui se levou em consideração as histórias apresentadas pelas crianças e pelos seus familiares.

Para abordarmos a temática brincadeira, foram apresentada aos alunos reproduções de alguns quadros de Portinari. A idéia é aproximar as crianças da chamada “cultura erudita” e, ao mesmo tempo, desmistificar a idéia de erudição ou de que precisamos ter certo nível de conhecimento para entendermos e apreciarmos obras de grandes artistas.



Fig.31 > Menino com Estilingue, 1958
de Cândido Portinari
Pintura a óleo sobre tela, 100 x 81cm
Coleção particular, São Paulo, SP



Fig.32 > Roda Infantil, 1932 de Cândido Portinari
Pintura a óleo/tela, 39 x 47cm
Coleção Particular, São Paulo – SP



Fig.33 > Futebol, 1935 de Cândido Portinari
Pintura a óleo sobre tela, 97 x 130cm
Coleção Particular, Rio de Janeiro – RJ

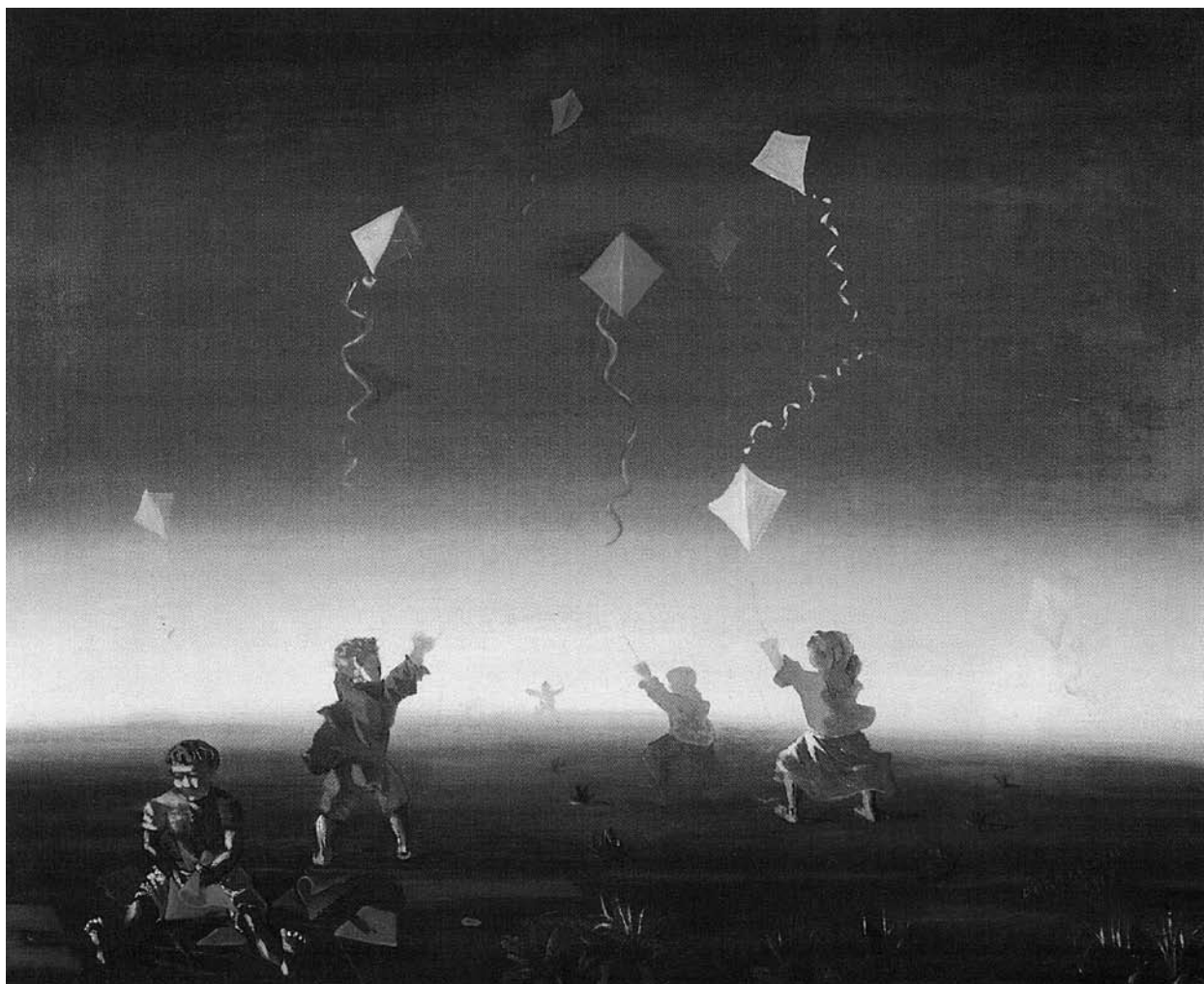


Fig.34 > Meninos Soltando Papagaios, 1947
de Cândido Portinari
Pintura a óleo sobre tela, 60,5 x 73.5cm
Coleção Particular, Ribeirão Preto – S



Fig.35 > Meninos na Gangorra, 1944
de Cândido Portinari
Pintura a óleo sobre tela, 45 x 56 cm
Coleção particular, São Paulo – SP

Muitos destes quadros apresentam brincadeiras que são reconhecidas pelas crianças, apesar de em geral não serem mais suas preferidas, com exceção, do futebol e da pipa. Este é o caso da gangorra, peão e mesmo o circo, hoje um tanto distantes da realidade das crianças.

O quadro “menino com estilingue” é, sem dúvida, o que mais chama atenção das crianças: possui cores fortes, com um sol queimando a pele do menino, sentado descalço sobre a areia quente. Ao seu lado, um gato preto, nas mãos, um estilingue, e na face, cara de poucos amigos. Há aqui uma percepção negativa do uso do estilingue, e as crianças percebem isso. Porém, como a maioria usa o instrumento para suas brincadeiras, acabam por negar esta percepção. Muitos afirmam que o menino está mau humorado devido ao calor e que o mesmo está com sede.

Após apresentarmos os quadros, solicitamos que os alunos entrevistem seus familiares, com o objetivo de identificar quais as brincadeiras que costumavam brincar quando crianças e, depois, comparar com as que os alunos brincam hoje. Entre as brincadeiras escolhidas pelos pais, estão:

Brincadeiras escolhidas pelos pais - Escola 01 -
Esconde-esconde;
Desenhar;
Bets;
Pega-Pega;
Jogar Bola (Futebol);
Andar de Bicicleta;
Vídeo Game;
Siruba;
Bola Queimada;
Pega-Queima;
Passou-Levou;
Gato Mia;
Handball;
Pé na Lata;
Mãe da Rua;
Casinha.

Brincadeiras escolhidas pelos pais - Escola 02 -
Bola;
Salva;
Boneca de Milho;
Burquinha;
Nadar no Rio;
Carrinho de Roleman;
Bets;
Ciranda;
Pega-pegas;
Pular corda;
Passa anel;
Esconde esconde;
Carrinho de brinquedo;
Futebol;
Bandeirinha;
Pneu;
Casinha;
Bola Queimada;
Malha;
Vôlei.

Após a identificação das brincadeiras, a discussão sobre suas regras, formas de participação e necessidades, a próxima etapa foi ... brincar ...

Ainda no âmbito do Patrimônio Imaterial, trabalhamos com a idéia de medo, ou histórias de assombração. Esta etapa foi inspirada em projeto desenvolvido na cidade de Congonhinhas-PR, intitulado “Histórias de Assombração, Quem tem Medo de Quê?”, coordenado pelo “Grupo de Estudos sobre Ensino-Aprendizagem de História do Departamento de História da UEL” (PAULI, SILVA, BRANCO, 2007).

Procurou-se aproximar a literatura dos relatos familiares, e assim, demonstrar as correlações que existem entre os relatos orais e os escritos e “solidificados” pela literatura. Para tanto, os alunos são direcionados até a biblioteca da escola, quando é realizada uma pesquisa em busca de livros que tratem do tema “assombração” e “medo”.

Após a leitura do material selecionado, cada grupo reescreve e desenha a história lida, que em seguida é apresentada em uma plenária. Como atividade para casa, as crianças coletam relatos, que são também reescritos, desenhados e “contados” para a sala.



Dentre a literatura selecionada, podemos destacar:

- Medo do Escuro, de Antônio Carlos Pacheco (Ática, 1987);
- Acorda, Rubião! Tem Fantasma no Porão, de Lilian Sypriano Formoso (1987);
- O Monstro Monstruoso na Caverna Cavernosa, de Rosa Rios (DEL, 2004);
- Murucututu, A Coruja Grande da Noite, de Marcos Braga (Ática, 2005);
- A Morte e o Lenhador, de André Luardelle (SEED, 1986);
- Contra o Medo que o Medo Faz, de Carlos Alberto Castelo Branco (Salamandra, 1986).

De casa, algumas histórias foram narradas, tais como:

- Mula sem Cabeça;
- Fantasma (homem com chapéu branco e boca vermelha);
- Caipora;
- Lobisomem;

- A luz misteriosa (pescadores);
- Cavalo Fantasma;
- Curupira;
- A morte com seu machado;
- Saci;
- Bicho no mato;
- Espíritos.
- Representação da História “A luz misteriosa”.

O próximo passo foi a identificação dos medos das crianças. Para tanto, os alunos relataram seus medos, redigiram uma história e os desenharam. Em relação ao medo das crianças, temos:

- De ser atropelada;
- De ser assaltada;
- De cachorro;
- De cobra, aranha, barata;
- De polícia e de ladrão;
- De ser preso injustamente;
- De elevador;
- De lobisomem;
- De ser posto em uma jaula com leões ou formigas venenosas;
- De sonhos, que eu não posso me mexer;

- Do diabo;
- Da professora;
- De morrer;
- Da morte;
- Da dengue;
- De cemitério;
- De avião;
- De minha mãe;
- De acidente de carro;
- Do quadro da minha vó;
- Da loira do banheiro;
- Da mula sem cabeça.

Percebe-se aqui medos fantásticos, como o do lobisomem, da mula sem cabeça, do diabo e da morte (e também de morrer, que são coisas diferentes), aliados a medos reais como o de ser preso injustamente (provavelmente o aluno deve ter vivenciado situação parecida), e a medos contemporâneos, como a dengue e medo de avião (apesar da criança nunca ter andado de avião).

O medo da mãe foi representado na figura 36. Perceba o senso de movimento que se faz presente no desenho. Uma das histórias intitulada de “A Luz Misteriosa” foi representada pelo desenho da figura 37.

Eu não tenho medo de nada se tenho medo
da minha mãe porque quando ela vicia brava
eu entro na brava



Fig.36 > Desenho
"O medo da mãe".

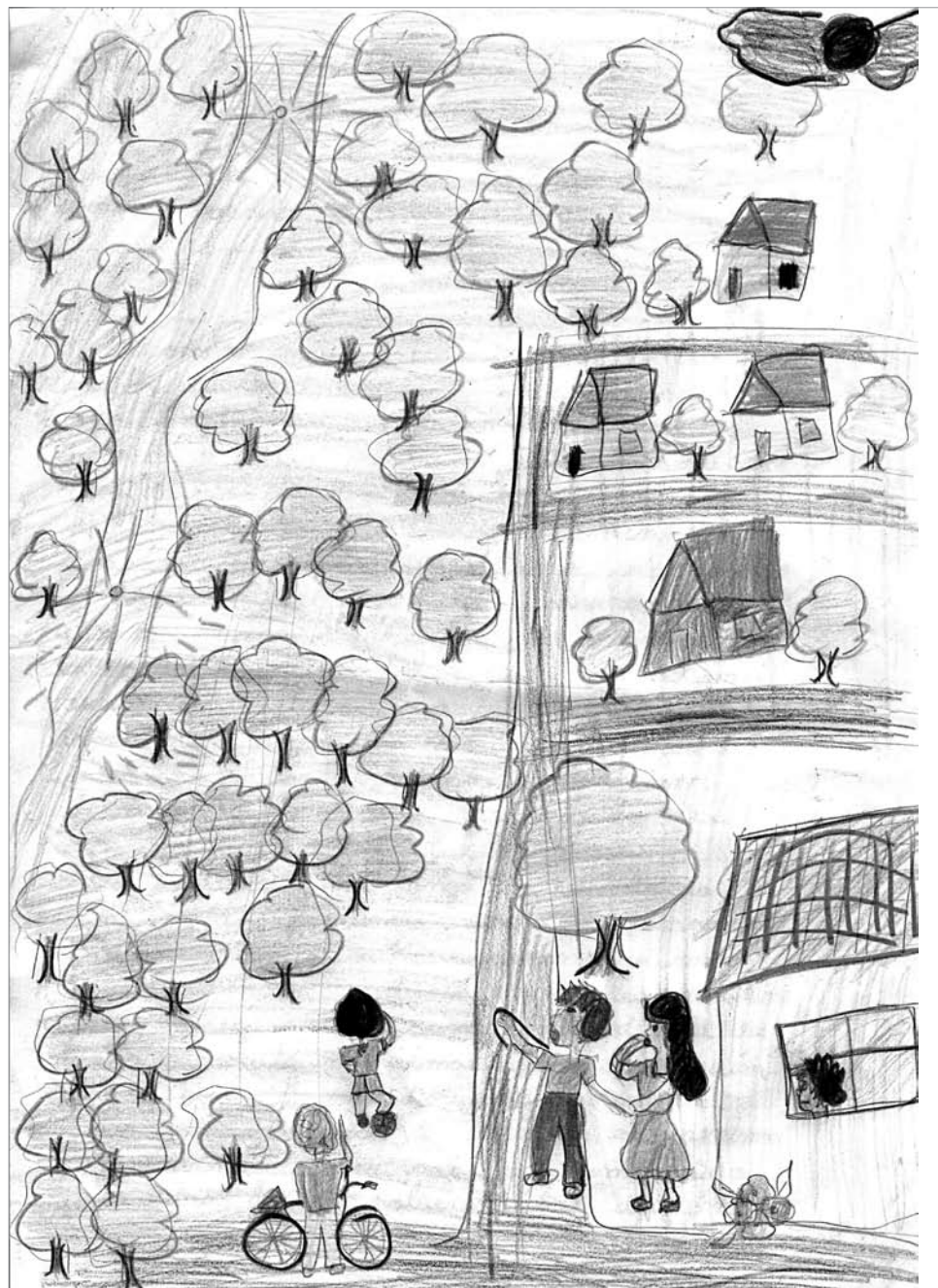


Fig.37 > Desenho da história:
"A luz misteriosa".

Quarta Fase

Após abordar aspectos do patrimônio imaterial, passou-se para a fase seguinte, quando se tratou da temática Patrimônio Material. De início, foi apresentado o quadro “A Lagoa das Ninféias”, de Monet, para os alunos.



Fig.38 > Estudo de Nenúfares, 1908 de Claude Oscar Monet
Óleo sobre tela, 88.3 x 93.1 cm
National Gallery, Londres – Inglaterra

A idéia foi trabalhar com espaços próximos a nós, demonstrando ser estes importantes para a constituição daquilo que somos. A partir do quadro, os alunos identificam a existência de uma ponte ou um lugar importante para eles, e desenharam, numa proposta de releitura do quadro. O foco, no entanto, é o bairro.

Para iniciarmos o debate, inserimos o seguinte questionário:

01 O que você mais gosta em seu bairro? Explique.	02 O que você menos gosta em seu bairro? Explique.	
03 Ouça a Música “Saudosa Maloca”.	04 Você entendeu a música? Do que ela fala?	
05 O cantor canta a música de forma errada?		
06 Desenhe uma Maloca	07 Você conhece lugares ou coisas que não existem mais?	() SIM () NÃO
08 Qual é ele? Fale um pouco sobre este lugar.		

O não lugar é um elemento recorrente nos projetos até então desenvolvidos, como é o caso do redondo, já citado anteriormente, e da caixa da água, identificada em um de nossos primeiros projetos: em um assentamento, adolescentes referiam-se constantemente a uma época quando não se tinha água no local, sendo necessário buscá-la na chamada caixa d'água. Quando fui apresentado ao lugar referido, ele não existia mais, e em seu lugar havia uma residência. O lugar não existia, mas a lembrança do lugar mantinha-se na memória da comunidade.

A próxima atividade desenvolvida foi a construção de um roteiro, apresentando os pontos de referência do bairro ou região onde as escolas estão inseridas. Para tanto, a sala foi dividida em grupos, sendo que cada um deveria destacar os três lugares mais importante do bairro. Após esta etapa, foi realizada uma plenária, com todos os lugares sendo apresentados e debatidos entre os alunos, que selecionaram aqueles considerados significativos para o grupo. Após esta etapa, e ainda na plenária, foi montado um roteiro de visita.

Roteiro

09/11/07

BR/RA/HB (Rua do Meio, Resposta)
NONO/01/VRS

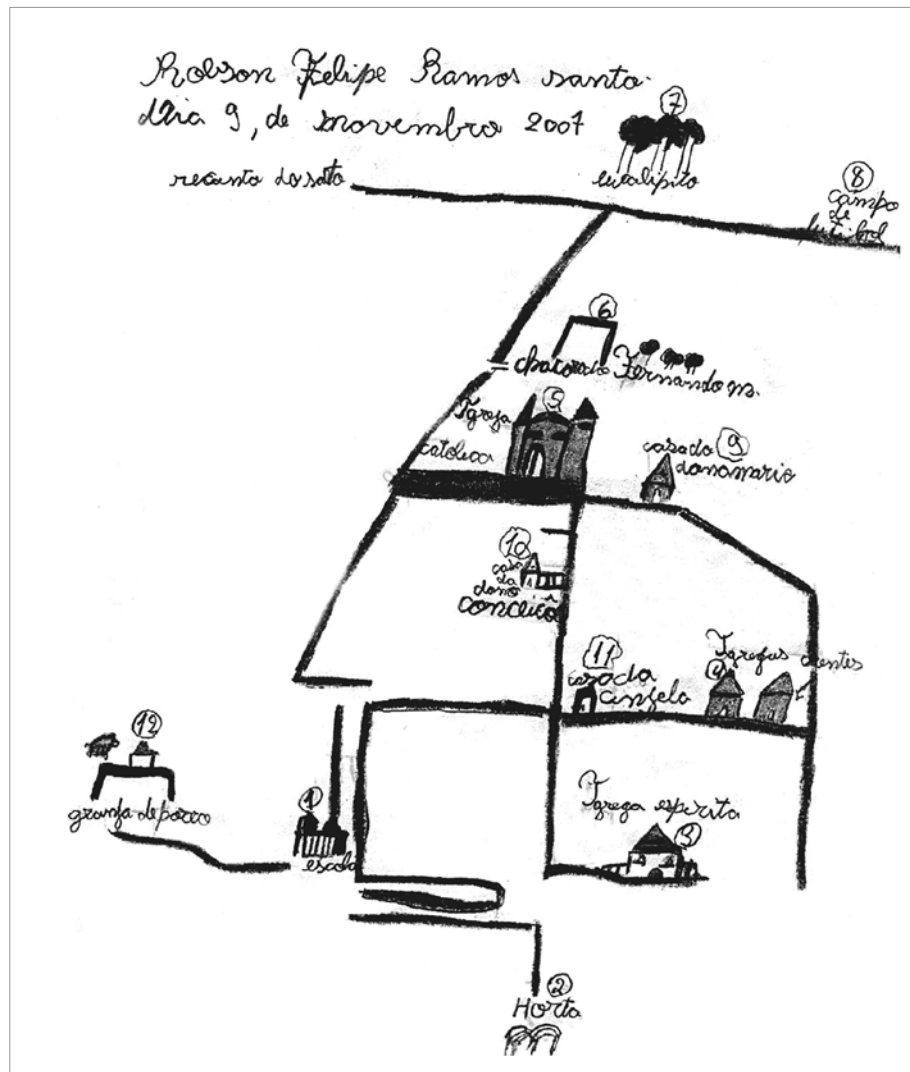
1. Axola. ^{de meio (desconhecido) (Rosa)}
2. Porta / Floresta (8 pessoas ã conhecem)
3. Igreja Espirita (3 pessoas ã conhecem)
4. Igreja Evangélica ⁽¹⁰²⁾ (Rua do meio) (8 pessoas ã conhecem)
5. Igreja Católica (5 pessoas ã conhecem)
6. Chicara (7 pessoas ã conhecem)
7. Causalpito. (Todos conhecem) ^{Perf. 102, 110, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000}
8. Campo de Futebol (4 pessoas ã conhecem) (Lorena)
9. Casa Dona Maria ^{avós} (ministra da igreja) (7 pessoas ã conhecem)
10. Casa Dona Conceição ^{avós} (11 pessoas ã conhecem)
11. Casa Dona Angela ^{avós / Enócio} (13 pessoas ã conhecem)
12. Granga (6 pessoas ã conhecem).

* Lugares de meio
Exatidão para: Resposta;

Para: Lugar conhecido:
de meio do
conhecido

Fig.39 > Roteiro elaborado pelos alunos

Antes da visita, foi construído um mapa mental, uma representação gráfica, anterior à construção cartográfica (SILVA, 2008, p.35-36), que possibilita que se entenda o espaço como produto histórico, construído e transformado pelo homem, além do estudo da realidade a partir do conhecimento que o aluno possui do espaço vivido, de suas experiências cotidianas. Veja alguns exemplos:



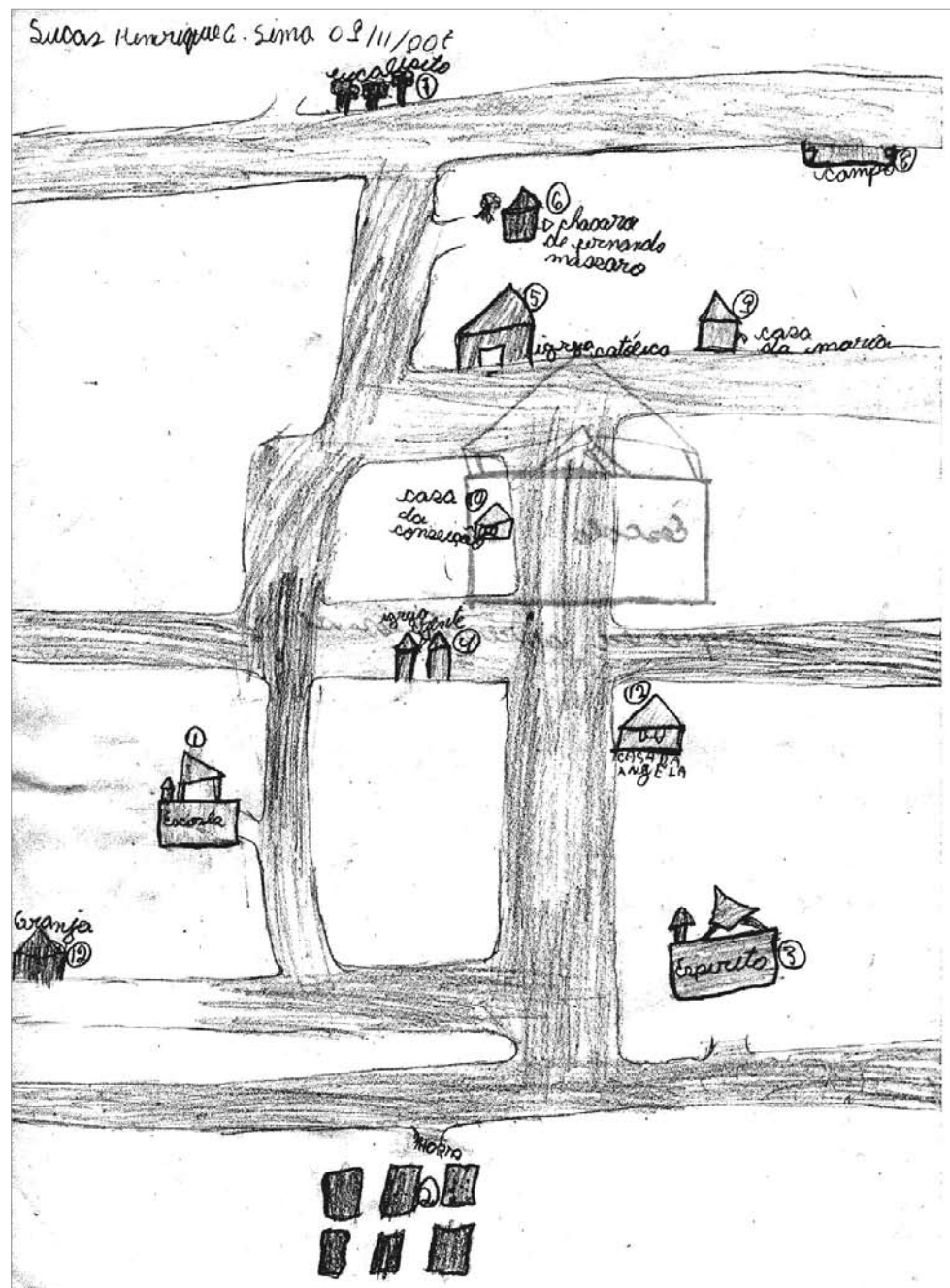


Fig.41 > Roteiro elaborado pelos alunos

Ainda como atividade lúdica e visando reforçar a importância dos lugares escolhidos pelos alunos, foram produzidos caça-palavras e labirintos, que foram trabalhados em sala antes da visitação:

- 1- Escola
- 2- Campo de Futebol
- 3- Porco no Tacho
- 4- Mercadinho
- 5- Praça Jardim Aliança
- 6- Praça
- 7- Casa do Jefferson
- 8- Igreja São Miguel Arcanjo
- 9- Escola

Fig.42 > Caça-palavras usado em atividades de sala de aula



Fig.43 > Labirinto usado em atividades de sala de aula

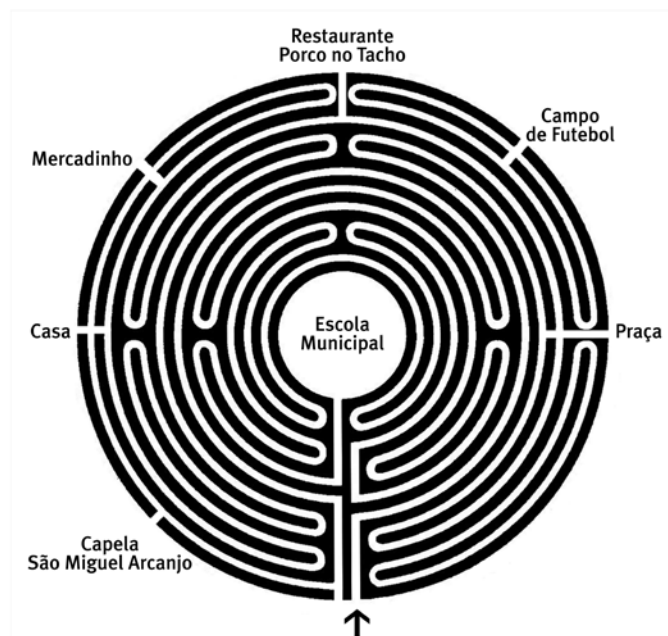
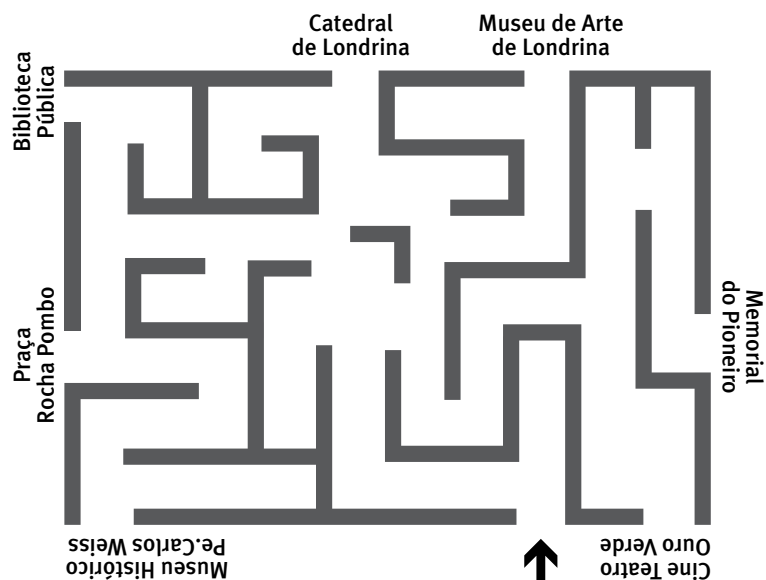


Fig.44 > Labirinto usado em atividades de sala de aula



As visitas foram realizadas posteriormente, em um processo de reconhecimento do espaço vivido, ficando a cargo dos alunos a identificação e a apresentação das características principais destes lugares. Após os lugares serem fotografados, as fotos foram analisadas em grupo pelos alunos, que deram um título para as mesmas e a descreveram, numa atividade que visa essencialmente o aprendizado de leitura de documentos.

Os resultados das análises foram apresentados novamente em plenária, que avaliaram a atividade desenvolvida.

A metodologia parte da identificação dos objetos comunitários como estratégias de aprendizagem do contexto sócio cultural (SOARES, 2003, p.31), buscando compreender a forma como os alunos se relacionam com estes objetos, manifestações ou lugares. Não é apenas a materialidade que foi levada em consideração, mas a relação com os lugares, que possibilita um novo olhar para sua vivência.

No caso dos projetos Educação Patrimonial III e IV, esta identificação foi possível graças ao roteiro constituído pelos próprios alunos, a partir de atividades em

grupo e plenária, exigindo assim argumentação e convencimento para se alcançar um consenso, pois mesmo na sala de aula tem-se uma disputa política. Nos roteiros, geralmente são contemplados:

- Patrimônio ambiental: campo, árvores, rios, cachoeiras;
- Espaços de uso comunitário: posto de saúde, igrejas, praças;
- Espaços que marcam uma identidade imediata: escola;
- Espaços privados ou pertencentes a personalidades: casa de curso, casa de pioneiros, casa de aluno;
- Lugares que não existem mais: re-dondo, caixa d'água.

Para finalizar esta fase, é apresentado aos alunos os espaços comumente considerados como patrimônio na cidade de Londrina. A idéia é entender como esta criança entende o patrimônio histórico, neste caso material, tido como “oficial”. Entendemos por oficial aqueles que aparecem nos documentos oficiais da cidade, como site da Prefeitura Municipal de Londrina; Roteiro Turístico, produzido pela Diretoria de Turismo de Londrina; e pelo Guia Cultural da Cidade de

Londrina, sendo eles: Museu de Arte de Londrina – MAL, Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon, Calçadão da Avenida Paraná, Memorial do Pioneiro, Praça Rocha Pombo, Área de Lazer Luigi Borghesi, Teatro Ouro Verde, e a Biblioteca Pública Municipal.

Primeiramente, o aluno é questionado se conhece estes lugares através do formulário:

Você Conhece?

- () O Museu de Arte de Londrina?
- () O Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss?
- () O Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon?
- () O Calçadão da Avenida Paraná?
- () A Concha Acústica e o Memorial do Pioneiro?
- () A Praça Rocha Pombo?
- () A Área de Lazer Luigi Borghesi?
- () A Catedral Metropolitana?
- () O Cine-Teatro Ouro Verde?
- () A Biblioteca Pública Municipal?

Logo em seguida, é apresentada imagens dos lugares indicados acima. Vale ressaltar que não raro os alunos conhecem os espaços selecionados, pois são espaços comumente compartilhados pelos moradores da cidade, mas nem sempre reconhecem os nomes ou as descrições oficiais. É o caso, por exemplo, da “Área de Lazer Luigi Borghesi”, conhecida como Zerão, ou do “Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon”, conhecido apenas como Bosque. As imagens, por sua vez, possibilitam que outras referências possam ser identificadas pelos alunos:



Fig.45 > Área de lazer Luigi Borghesi, conhecido como Zerão

Fonte: Comemoração dos 30 anos da Secretaria de Planejamento de Londrina

Acervo: Secretaria de Planejamento de Londrina - PML



Fig.46 > Bosque Municipal Marechal Cândido Rondon
Foto: Elisa R. Zanon

Após a análise e a discussão das imagens, os alunos respondem o seguinte questionário:

**A partir das
imagens, responda**

Você conhece este lugar?

O que é?

Onde fica?

Já foi lá? O que achou?

O que este lugar te lembra?

Faltou algum lugar?

Desenhe um roteiro (mapa) de visitação.

Se possível, é interessante realizar uma visitação a estes espaços, em um processo semelhante ao que foi realizado no bairro.

Quinta Fase - Exposição

Para finalizar as atividades, foi montada uma exposição, visando essencialmente materializar o que foi produzido e socializar para os demais alunos da escola, familiares e comunidade.

Educação Patrimonial Concluindo

A metodologia aqui apresentada parte da história e experiências da criança e da família: sua origem, o trabalho, os medos. Parte-se do individual para o comunitário a partir da exposição dos dados levantados e da aproximação entre as histórias particulares. Buscou-se respeitar a proposta teórica vinculada ao que denominamos de Educação Patrimonial Transformadora. A metodologia e as propostas de atividades partiram desta percepção, além de um entendimento de que o patrimônio não é único nem exclusivo, havendo possibilidades de entendimentos e eleições que podem ser distintos do que se considera como patrimônio oficial.

Este trabalho tem também o objetivo de apresentar para os professores da educação básica uma reflexão acerca dos conceitos de patrimônio histórico e cultural e de educação patrimonial, além de uma metodologia viável, que pode ser adaptada às mais diversas realidades. Ou seja, não é uma proposta fechada, mas sim aberta. Espera-se que novas idéias, reflexões e atividades possam surgir a partir da leitura deste material e que o método aqui proposto possa ser questionado, revisto e superado.

Referências

- ALBANO, Celina. *O Sentido da Interpretação nas Cidades do Ouro: São João Del Rei e Tiradentes*. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celia (Org.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG / Território Brasília, 2002.
- ALMEIDA, Afriana Mortara; VASCONCELLOS, Canilo de Mello. *Por Que Visitar Museus?* In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ALMEIDA, Maria Chiarotti de. *História, Memória e Cotidiano: os Sentidos dos Espaços da Cidade*. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.
- ALPERS, Svethna. *Museu como forma de ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- ARANTES, Antônio A. *O Patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de sua Salvaguarda*. Resgate: *Revista Interdisciplinar de Cultura*. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- BESSEGATTO, Mauri Luiz. *O Patrimônio em Sala de Aula: Fragmentos de Ações Educativas*. Santa Maria-RS: Evangraf, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BONOMO, Mário. *Ouro Vivo*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 03, nº.26, nov. 2007.
- BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
- BRANCO, Patrícia Martins Castelo. *Compreensão e Valorização Patrimonial: Legislação, Turismo e Educação*. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.
- CABRAL, Magaly. *Memória, Patrimônio e Educação*. Resgate: *Revista Interdisciplinar de Cultura*. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- CALVO, Célia Rocha. *Memória Popular e Patrimônios Culturais*. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.
- CASSOL, Roberto, et. all. *Mapa Mental: Ponto de Partida para a Alfabetização Cartográfica*. Revista do Professor. Rio Pardo-RS: CPOEC, ano XXIV, nº93, jan. 2008.
- CASTANHO, Sérgio. *Memória, Tempo Presente e Prospeção do Futuro*. Resgate: *Revista Interdisciplinar de Cultura*. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. *Patrimônio Cultural, Escola, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Revista Diálogos. Maringá-PR: UEM, v.09, nº01, 2005.
- CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. *Patrimônio Cultural e a Instituição do Direito à Memória*. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.
- CHAGAS, Mário. *Educação, Museu e Patrimônio: Tensão, Devoração e Adjetivação*. Patrimônio: *Revista Eletrônica do IPHAN*. Dossiê: *Educação Patrimonial*. No. 03, jan/fev 2006. Disponível em <www.revista.iphan.gov.br>.

- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. *Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico*. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.
- CÔRTEZ, Celina. *Vigor aos Setenta*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 03, nº. 26, nov. 2007.
- CUNHA, M. C. P. *Patrimônio Histórico e Cidadania: uma Discussão Necessária*. In *O Direito À Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo. DPH.1992.
- DANTAS, Carlos Felipe Albuquerque. *Museus Contemporâneos: A Construção do Lugar no Espaço da Cidade*. Disponível em <http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/paranoa/edicao2005/museus/museus_contemporaneos.pdf>. Acessado em 17 de Agosto de 2008.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. *Memória e Cidadania*. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.
- ENNES, Elisa Guimarães. *A Narrativa na Exposição Museológica*. Programa de Pós-Graduação em Design. PUCRJ, 2003. Disponível em <<http://www.users.rdc.puc-rio.br/imago/site/narrativa/ensaios/elisa.pdf>>. Acessado em 17 de Agosto de 2008.
- FENELON, Déa R. “*Políticas Culturais e Patrimônio Histórico*”. In: *Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje*. Brasília: Cadernos ENAP, vol. 1, n. 2, 1993
- FERREIRA, Jerusa Pires. *Tantas Memórias, ou Um Difícil Passeio pelos Modos de Pensar a Memória: Possibilidades, Textos, Atores*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- FIGUEIREDO, Haydée da Graça Ferreira de. *História Local e a Educação Patrimonial: A Experiência da Faculdade de Formação de Professores*. Disponível em <www.historiadesaogoncalo.pro.br>. Publicado em 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Aline Vieira de. *O Patrimônio em uma Perspectiva Crítica: O Caso do Quilombo dos Palmares*. Revista Diálogos. Maringá-PR: UEM, v.09, nº01, 2005.
- GADOTTI, Moacir. *A Dialética: concepção e Método*. In: *Concepção Dialética de Educação: Um Estudo Introdutório*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1992, pp.15-38.
- GADOTTI, Moacir. *Revisão Crítica ao Papel da Pedagogia na Atual Sociedade Brasileira. Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983
- GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória Popular: Teoria, Prática, Método*. In: FENELON, Déa Ribeiro, et. all (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *Memória Coletiva e História Científica*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, no. 28, 1994.
- HAIGERT, Cynthia Gindri. *Estado da Arte sobre Educação Patrimonial*. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria-RS: UFSM, 2003.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KHOURY, Yara Ann. *Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e Sujeito na História*. In: FENELON, Déa Ribeiro, et. all (Org.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho D’Água, 2004.

- LIMA, Sandra de. *Invenção e Tradição: uma Trajetória de Persistência pelo Espaço da Memória*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- LOPEZ, Immaculada. *Memória Social: Uma Metodologia que conta Histórias de Vida e o Desenvolvimento Local*. São Paulo: Museu da Pessoa/SENAC, 2008.
- LYRA, Cyro Côrrea. *Velharias Postas Abaixo*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 03, nº. 26, nov. 2007.
- MACHADO, Alexander da Silva; HAINGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues. *Cultura Material, Educação Patrimonial e Ensino de História: Uma Parceria Possível*. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria-RS: UFSM, 2003.
- MACIEL, Laura Antunes. *O Direito ao Passado: Memória e Cidadania*. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Educação e Museus: Educação, Riscos e Ilusões*. Revista Ciências e Letras. Nº27, Porto Alegre, jan./jul. 2000.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Vitrines de Guardados: Exposições de Escritas Ordinárias como Estratégia de Preservação da Memória Escolar*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 14, 2005.
- MORAES, C.C.P. et. all. *O Ensino de História e a Educação Patrimonial: Uma Experiência de Estágio Supervisionado*. Revista da UFG. vol. 07, no. 02, dez. 2005. Disponível em <www.proec.ufg.br>.
- MOURÃO, Rui. *A Nova Realidade do Museu*. Ouro Preto: MinC - IPHAN - Museu da Inconfidência. 1994.
- ORIÁ, Ricardo. *Memória e Ensino de História*. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico em Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. São Paulo: Globo, 1994.
- PAIS, José Machado. *As Danças da Memória Quando os Futuros são Sombrios*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- PAOLI, Maria Célia. *Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado*. In: *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Um Dedo de Prosa: Livro do Educando*. 2ª. Edição. Curitiba: SEEDPR, 2006.
- PARK, Margareth Brandini. *Entre Chronos e Mnemosine: Possibilidades da Memória na Formação de Educadores*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 13, 2004.
- PELEGRINI, Sandra C. A. *A Propósito da Fruição e de Algumas Perspectivas Analíticas acerca do Patrimônio Cultural*. Revista Diálogos. Maringá-PR: UEM, v.09, nº01, 2005.
- PEREIRA, Doía Freire e Ligia Leite. *História Oral, Memória e Turismo Cultural*. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celia (Org.). *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG / Território Brasília, 2002.
- QUEIROZ, Moema Nascimento. *A Educação Patrimonial como Instrumento de Cidadania*. Revista Museu. Disponível em <www.revistamuseu.com.br/artigos>. Acessado em 21 de Agosto de 2006.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. *Lugares da Memória Operária*. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano 03, nº. 26, nov. 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Patrimônio da Humanidade, Cultura e Lazer*. Revista Diálogos. Maringá-PR: UEM, v.09, nº01, 2005.

SABBATINI, Marcelo. *O Museu do Ex-Votos de Padre Cícero: Um Olhar Museológico sobre o Turismo Religioso em Juazeiro do Norte*. 8a Conferência Brasileira de Folkcomunicação, Teresina, 2005. Disponível em <<http://www.sabbatini.com/marcelo/artigos/2005-sabbatini-folkcom.pdf>>. Acessado em 17 de Agosto de 2008.

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras Aproximações*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1991.

SILVA, Lucia. *Lugares Invisíveis: Patrimônio como Produção Social*. Anais – Cidade Revelada: Encontro sobre Patrimônio Cultural. Itajaí: Maria do Cais, 2006.

SILVA, Marcos A. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O Sagrado e o Narrado: Memória e Identidade nas Comunidades Religiosas Afro-Brasileiras*. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, nº 14, 2005.

SIMSON, Olga Von. *O Direito à Memória Familiar: História Oral e Educação não Formal na Periferia das Grandes Cidades, Patrimônio*: Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê: Educação Patrimonial. No. 03, jan/fev 2006. Disponível em <www.revista.iphan.gov.br>.

SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria-RS: UFSM, 2003.

SOARES, André Luis Ramos, et. all. *Construção de Material Lúdico e Paradidático para Inclusão da Educação Patrimonial no Ensino Fundamental e Médio*. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria-RS: UFSM, 2003.

SOARES, André Luis Ramos, et. all. *Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental e Médio: Proposta de Iniciação-Monitoramento e Gerenciamento de Estudantes de Arqueologia*. In: SOARES, André Luis Ramos (Org.). *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria-RS: UFSM, 2003.

SOARES, André Luis Ramos. *Educação Patrimonial: Valorização da Memória, Construção da Cidadania, Formação da Identidade Cultural e Desenvolvimento Regional*. In: *Educação Patrimonial: Relatos e Experiências*. Santa Maria-RS:UFSM, 2003.

SOCIEDADE DE PRESERVAÇÃO MEMÓRIA VIVA. Disponível em <www.memoriaviva.org.br>. Acessado em 21 de Agosto de 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena. *As Múltiplas Dimensões do Patrimônio Cultural*. Revista Diálogos. Maringá-PR: UEM, v.09, nº01, 2005.





Conselho Editorial

Dameres Tomasin Biazin (Presidente)

Luís Marcelo Martins

Ivan Prado Junior

Eduardo Carlos Ferreira Tonani

Eduardo Nascimento da Costa

João Antônio Cyrino Zequi

Osmar Vieira da Silva

Écliton dos Santos Pimentel

Rosângela Galindo de Campos

Lenita Brunetto Bruniera

Suhaila Mahmoud Smali Santos

Ivoneti Barros Nunes de Oliveira

Marta Regina Furlan de Oliveira

Denise Hernandez Tinoco

Sérgio Akio Tanaka

José Martins Trigueiro Neto

Michele Ariani Novaki

Coordenador do Conselho Editorial

Leandro Henrique Magalhães



Patrocínio: **PREFEITURA**



LONDRINA
CULTURA- PROMIC

PROGRAMA



REDE *Cidadania*

Edição:

